

GERIR O DINHEIRO E A DISTINÇÃO as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)

por
Paulo Silveira e Sousa *

1 - Introdução

As instituições de crédito local são espaços institucionais onde convergem o giro monetário, o exercício da influência e as redes dos negócios e da política. A sua análise e a dos seus corpos dirigentes surge como uma boa maneira de se avançar numa descrição mais clara do grupo dos principais protagonistas dos negócios e do capital nos Açores, ajudando-nos a perceber quem eles eram e quais os seus interesses e as suas práticas. Simultaneamente, ela permitir-nos-á compreender melhor o desempenho económico do distrito e perceber que, por detrás dos discursos mais pessimistas, havia uma realidade económica, por vezes pouco visível, mas que manifestava um relativo dinamismo. De facto, numa ilha que esteve afectada pela escassez de moeda até ao final da década de 1880, que manteve défices quase constantes na balança de pagamentos ao longo de quase todo este período, e cuja economia era ciclicamente classificada como estando em crise, as caixas económicas locais sobreviveram, prosperaram e foram-se modernizando.

* Instituto Universitário Europeu (Florença - Itália).

Agradeço à Cristina Joanaz de Melo e à Inês Versos os comentários feitos a uma primeira versão deste artigo.

No entanto muitas questões permanecem em aberto. Será que o sistema bancário e de crédito surgiu como um dos motores do desenvolvimento económico? Ou será antes que ele se desenvolveu à medida que os restantes sectores se modernizaram e cresceram? Por outras palavras será que modernas instituições bancárias ou de crédito constituíram um factor de crescimento numa economia ainda parcialmente em atraso? Se podemos supor uma forte relação entre o capital humano e o crescimento dos sistemas financeiros e se o capital humano é essencial para a criatividade empresarial e para o crescimento e inovação dos investimentos, como é que estes factores afectaram os Açores e as suas diferentes ilhas? Na verdade, a maneira como capitalistas e grandes negociantes, prestamistas e usurários, caixas económicas, bancos locais, bancos de projecção já regional (englobando uma rede à escala de várias ilhas), os agentes e depois as agências melhor estruturadas e interdependentes dos grandes bancos nacionais, bem como as delegações do Banco de Portugal se organizavam e hierarquizavam permanece, por enquanto, uma zona quase desconhecida da história do arquipélago e mesmo da História de Portugal. Todo este mundo teve igualmente temporalidades e trajectórias que ignoramos e que dificilmente podemos, por enquanto, comparar com outras áreas geográficas. Por exemplo, hoje desconhecemos o impacto da chegada das agências do Banco de Portugal ao arquipélago em 1895, assim como nada sabemos sobre o peso no meio local dos bancos de dimensão nacional. Falta mesmo uma cartografia deste mundo da pequena finança que nos diga quantas caixas, bancos e agentes havia em cada distrito e em cada área do país e do arquipélago¹. Não sabemos sequer se podemos colocar a questão de um subequipamento bancário no arquipélago, que poderia ter

¹ Do mesmo modo convinha definir claramente as fronteiras entre bancos e outros agentes locais dos negócios do crédito. Para uma aproximação ao caso francês cf. Louis Bergeron (1989), “Le monde de la Finance vu d’en bas” in *Histoire de la France. L’espace français*, Paris: Seuil, pp. 312-332 e Alain Plessis (1999), “Les banques locales, de l’essor du Seconde Empire à la crise de la Belle Époque”, in Michel Lescure e Alain Plessis (dirs), *Banques Locales et Banques Regionales en France au XIXe Siècle*, Paris: Albin Michel, pp. 204-206. Para Espanha veja-se José Ramón García López (1989), El sistema bancario español del siglo XIX: una estructura dual? Nuevos planteamientos e nuevas propuestas, *Revista de Historia Económica*, vol VII, I, nº 1, pp. 111-132; e também do mesmo autor (1985), *Los Comerciantes-Banqueros en el Sistema Bancario Español. Estudios de casas de Banca asturianas en el siglo XIX*, Oviedo: Universidade de Oviedo.

sido um factor de desmotivação e atraso dos agentes económicos. Através do exemplo de outros países sabemos como os bancos constituíram uma forte rede de apoio ao desenvolvimento do sector industrial local e regional². Mas quer para os Açores, quer para Portugal continental este é um estudo que continua por realizar.

A proposta que aqui fazemos, de observar o mundo do crédito a partir de baixo e nas suas práticas mais quotidianas e regulares, dará conta apenas de uma fracção muito limitada destas questões. Porém, esperamos que ela desperte interesses, dê os seus frutos e vá criando o seu próprio campo de investigação. Este é, portanto, um trabalho exploratório e parcelar. Os bancos e caixas económicas dos Açores ainda esperam os seus historiadores. Para reconstruir o desenho das redes de crédito do arquipélago no século XIX são necessários não só mais trabalhos sobre o sector do comércio, mas também um conjunto de estudos de caso sobre as principais unidades existentes nos três pólos do arquipélago. As pequenas unidades de crédito constituíam uma rede que antecedeu a penetração dos bancos nacionais, o desenvolvimento de agências e também a criação e desenvolvimento de bancos com peso regional que, mais tarde, foram fundidos ou integrados nas grandes redes nacionais. O mundo do crédito do século XIX parece-nos hoje não só um continente inexplorado, mas também uma zona da economia onde as regras não eram exactamente as mesmas por que hoje se regem os agentes económicos.

Supomos que em relação a algumas instituições de crédito o trabalho dos historiadores deva estar muito dificultado pela ausência, dispersão

² Veja-se o clássico de Rondo Cameron (1974), *La Banca en las Primeras Etapas de la Industrialización*, Madrid: Tecnos. Para as caixas económicas veja-se Manfred Pix e Hans Pohl (dirs.) (1990), *L'Histoire des Caisses D'Épargne Européennes*, 3 tomes, Paris: les Éditions de L'Épargne; C. Bruck (dir.) (1995), *Les Caisses D'Épargne en Europe*, Paris: les Éditions de L'Épargne, e André Gueslin (1989), "L'invention des caisses d'épargne en France: une grande utopie libérale" *Revue Historique*, n° 572, pp. 391-409. Para França e sobre o crédito veja-se, por exemplo, o volume colectivo organizado por Michel Lescure e Alain Plessis (dirs.) (1999), *Banques Locales et Banques Regionales en France au XIXe Siècle*; Jean Bouvier (1979), "L'extension des réseaux de circulation de la monnaie et de l'épargne. Système bancaire et marchés de l'argent", F. Braudel, Claude Labrousse (eds.), *Histoire Economique et Sociale de la France*, tomo IV, vol I, Paris: PUF; H. Bonin (1992), *La Banque et les Banquiers en France du Moyen Age à nos Jours*, Paris: Larousse; Para uma panorâmica sobre o sector em Portugal, embora enquadrando questões laterais às que aqui tratamos, ver Jaime Reis (1997), *História do Banco de Portugal*, Lisboa: Banco de Portugal.

e falta de organização dos arquivos. Também aqui haveria necessidade de fazer um levantamento da situação existente e a partir daí tentar avaliar quais as hipóteses de investigação mais alargada. No caso açoriano a ilha Terceira encontra-se muito favorecida, pois não só existem relatórios regulares das suas caixas como inclusive foram publicadas pequenas monografias³. Será, sobretudo, a partir destas fontes que iremos trabalhar.

No entanto, se a Terceira e as suas caixas formam a área onde a informação está mais desenvolvida, a Caixa Económica Faialense, fundada em 1862, constitui um outro caso interessante de longevidade a merecer um estudo aprofundado⁴. Contudo, mesmo no caso da Terceira existem muitas questões em aberto. Aqui vamos partir da constatação de que as caixas económicas eram também um palco para o desempenho de funções sociais e políticas, sendo as suas direcções ocupadas por uma fracção importante dos seus principais protagonistas locais. Este trabalho pretende, portanto, fazer, apenas o resumo das principais questões, levantar outras e estudar a composição social da elite dirigente do sector do crédito.

2 - Caixas económicas e bancos na ilha Terceira: uma primeira abordagem

Ao longo do século XIX a criação das caixas económicas foi vista como uma das formas mais viáveis de promover a poupança e de disponibilizar capitais a baixo juro para o investimento produtivo, quer este se localizasse na agricultura, na indústria ou no comércio. Tal como nas instituições bancárias congéneres da Grã-Bretanha, onde primeiro nasceram e se desenvolveram, seriam os ricos e os ilustrados a dar o seu nome, a sua fortuna e o seu exemplo como garantia necessária para estas se constituí-

³ Contudo há ainda a fazer um trabalho intenso de localização e tratamento dos processos do Tribunal do Comércio de Angra do Heroísmo, onde muita informação inédita deve estar concentrada. Para as Caixas ver Francisco Augusto Lopes da Silva Júnior (1960), “Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos). Memória Histórica a Propósito do 1º Centenário da Fundação da Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira em 22 de Abril de 1860 na Cidade de Angra do Heroísmo”, Separata da *Atlântida*; Pedro de Merelim (1971), *Memória Histórica da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, nas suas “Bodas de Diamante”*, Angra: Tip do Diário Insular.

⁴ Os seus primeiros estatutos datam de 12-03-1862, tendo sido revistos a 17-11-1868.

rem. A ideia era formar uma elite coesa e respeitável que em conjunto atrairia um outro grupo de pequenos depositantes que fariam com que o giro comercial e monetário se desenvolvesse⁵. Aqui estavam em jogo tanto os interesses económicos dos poderosos, como também a manutenção de um estatuto simbólico dentro da sociedade local que os colocava acima dos restantes membros e os impelia a demonstrações públicas de paternalismo, de caridade e de apoio ao desenvolvimento de muitas iniciativas locais. Ao contrário dos bancos as caixas não tinham fins lucrativos. Mas estes mesmos patronos que se viam colocados nas posições cimeiras da administração, percebiam não só créditos mais fáceis, detinham toda uma vasta rede de informações sobre os negócios da praça e, por vezes, ainda tinham direito a pequenas compensações pelas suas prestações de gestores. Os lucros das caixas destinavam-se a auxiliar a beneficência local e as instituições de solidariedade social e a contribuir para montepios e fundos de pensões.

Em vários países da Europa Ocidental as instituições similares às Caixas Económicas tiveram sucesso nos locais onde os mercados financeiros estavam suficientemente desenvolvidos e onde o mercado dos depósitos dava os primeiros passos. Talvez por isso, o caso português é um caso de desenvolvimento tardio destas instituições⁶. Porém, não deixa de ser estranho que num distrito tão periférico e com um giro económico relativamente pequeno se desenvolvessem até 1893 três instituições deste género. Tentar estabelecer as primeiras hipóteses para saber porquê será uma tarefa dos próximos subcapítulos.

As primeiras Caixas são fundadas em Portugal em 1844 e em 1845, sendo a Caixa Económica de Angra do Heroísmo a segunda delas, logo a seguir ao Montepio Geral de Lisboa⁷. Seguindo um padrão comum, nas suas direcções encontramos os principais negociantes e capitalistas, que frequen-

⁵ Pedro Lains (1995), “Saving Banks in Portuguese Banking (1880-1930): the role of Caixa Económica Portuguesa”, Comunicação apresentada ao XV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Agradeço ao autor a possibilidade de poder citar aqui esta primeira versão de um artigo a sair em breve.

⁶ Pedro Lains (1995), “Saving Banks in Portuguese Banking (1880-1930)...”, p. 16.

⁷ Para um panorama geral sobre as caixas económicas no século XIX, veja-se Costa Godolfim (1880), *As Caixas Económicas*, Lisboa; A.J. de Seixas (1882), *A Junta do Crédito Público e as Caixas de Depósitos Portuguesas*, Lisboa; Vasco Rosendo (1990), *Montepio Geral: 150 anos de História*, Lisboa.

temente também estavam envolvidos na sua criação. Ao contrário dos bancos por acções, as caixas não tinham um fundo de capitais próprio para garantir os depósitos, elas eram sobretudo instituições privadas consagradas à recolha e circulação da pequena poupança. Pagando juros pelos seus depósitos as Caixas tinham que intervir activamente no mercado financeiro local de modo a produzir riqueza. Não espanta portanto que fosse necessário uma informação meticulosa e actualizada e uma densa rede de conhecimentos e fidelidades alicerçada em critérios de risco, mas sobretudo de confiança⁸.

Tal como noutras regiões as instituições de crédito serviram para financiar o comércio internacional e o import-export. No entanto, as suas funções não se ficaram por aqui. Como veremos as caixas económicas desenvolver-se-ão bastante mesmo depois da crise da exportação da laranja, substituindo cada vez as antigas instituições creditícias, como as misericórdias e as confrarias, muito desfalcadas após o movimento de desamortização dos seus bens na década de 1860⁹. Nestes anos, contudo, parece-nos que as operações serão cada vez mais dirigidas para o mercado local, diminuindo a já pequena fatia do financiamento do comércio de longa distância.

Embora este seja um assunto a merecer um trabalho mais aprofundado, os dados disponíveis indicam que os negócios das caixas económicas se centravam nos pequenos empréstimos, nas hipotecas sobre propriedades e na gestão dos depósitos¹⁰. Se bem que muito se fale e se escreva

⁸ Pedro Lains (1995), “Saving Banks in Portuguese Banking (1880-1930): the role of Caixa Económica Portuguesa”...

⁹ Se a venda dos bens das misericórdias e confrarias tinha como objectivo libertar o mercado da terra e colocar os contingentes monetários alcançados em giro, criando pequenos bancos rurais, a verdade é que estas segundas intenções tiveram pouco alcance. Para a desamortização ver a carta de lei de 22-06-1866, para a organização, gerência e operações dos bancos rurais cf. lei de 22-06-1867. Costa Godolfim (1897), *As Misericórdias*, Lisboa: Imprensa Nacional e do mesmo autor (1880), *As Caixas Económicas*, Lisboa.

¹⁰ Vejam-se entre outros os seguintes relatórios, *Caixa Económica de Angra do Heroísmo, Relatório e Contas da Direcção e Parecer da Comissão Revisora de Contas, Gerências de 1902, Angra: Tip. Sousa e Andrade. Relatório e Contas da Gerência da Caixa Económica de Angra do Heroísmo (CEAH) no ano de 1909, Angra: Tip. Sousa e Andrade; Caixa Económica de Angra do Heroísmo, Relatório e Contas da Direcção, Anexos, Parecer da Comissão Revisora de Contas, Gerência de 1912, Angra: Tip. de “A Verdade” Homenagem Prestada ao Exmo. Senhor José Júlio da Rocha Abreu em 24 de Agosto de 1930 pela Caixa Económica de Angra do Heroísmo, Angra: Tip. Moderna. Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerências de 1902-1912, Angra: Imprensa Municipal.*

sobre o auxílio que estas instituições podiam e deviam prestar ao desenvolvimento da agricultura não nos parece que tenha sido por aqui que elas singraram. Em 1873, o Governador civil do distrito escrevia que o pouco desenvolvimento da agricultura se devia, entre outras coisas, à falta de capitais baratos, sendo necessária a criação de bancos de crédito agrícola e industrial¹¹. O desenvolvimento do crédito surgia, portanto, como uma das formas mais duradouras de conseguir modernizar a agricultura e desenvolver quer a intensificação do aproveitamento do espaço, quer o crescimento continuado da própria produção. Se a agricultura era pouco desenvolvida e produtiva, os métodos tradicionais, e se se via a braços com problemas de penetração nos mercados externos, o crédito era entendido como uma das alavancas para resolver estes problemas que no século XIX se agregavam em torno da denominada “Questão Agrária”.

O crédito rural traduzia para muitos a forma mais capaz de financiar a adaptação dos mais novos processos tecnológicos a um meio rural débil em capital. O crédito permitiria que este se moldasse às transformações dos mercados e às regras oscilantes da procura e da oferta de certas produções intensivas e destinadas à exportação, como era o caso dos cereais ou do vinho. Produzir bem, produzir a bom preço e produzir aquilo que o mercado queria na altura certa era a ideia que norteava este esforço¹².

Contudo, em 1890, o agrónomo João Nogueira de Freitas, no seu relatório de fim de curso, referia que faltavam capitais ao alcance do pequeno lavrador. Na Terceira existiam ao tempo duas caixas económicas. Mas, tendo em conta a sua organização, elas pouco podiam auxiliar os lavradores. O juro elevado era sempre colocado como uma das condicionantes ao desenvolvimento da agricultura local, tolhendo os esforços em prol da introdução de novos e mais produtivos processos de cultivo, impedindo o lavrador e o pequeno industrial de tentar modernizar ou incre-

¹¹ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares, Angra: Tip. Do Governo Civil, 1875, p. 55.*

¹² Para uma discussão em torno desta questão veja-se Angel Pascual Martinez Soto (1994), “El Papel del crédito y la financiación en la agricultura capitalista (1850-1970): una primera aproximación a um campo multifactorial”, *Noticiario de Historia Agraria*, nº 7, pp. 39-66. Veja-se também uma re-interpretação recente do papel do crédito no sector agrícola em Gilles Postel-Vinay (1998), *La Terre et L'Argent, L'agriculture et le crédit en France du XVIIIe au début du XXe siècle*, Paris: Albin Michel.

mentar outras actividades. Na verdade, por lucrativas que elas se pudessem tornar, dificilmente conseguiriam satisfazer os elevados encargos dos empréstimos¹³.

Pretendia-se diminuir os custos de produção através da intensificação das explorações e do aumento da produtividade - dois aspectos nem sempre linearmente compatíveis -, e de uma maior adaptação ao mercado, com o desenvolvimento das especializações regionais. Estas, contudo, no caso das ilhas periféricas do arquipélago, não conseguiram singrar. O álcool terceirense desaparece de morte anunciada no princípio do século. Sumidas por entre os efeitos da crise vinícola nacional as suas fábricas fecham em 1902-1903. Os cereais e o tabaco eram não só em fraca quantidade, como lutavam em mercados fortemente saturados e concorrenciais. A única excepção veio do sector pecuário e dos lacticínios, curiosamente o único que se adaptavam a uma economia de talhe ainda camponês, marcada pela presença esmagadora da pequena e média propriedade¹⁴.

No distrito de Angra, tal como no resto dos Açores, as relações entre a agricultura e a banca não se desenvolveram muito. Embora falte um estudo mais detalhado sobre este assunto, parece-nos que os sistemas financeiros locais continuaram preferencialmente ligados à captação de depósitos, ao comércio e ao sector de importação-exportação. A grande agricultura capitalista era pouco expressiva num distrito caracterizado pela pequena exploração camponesa e por uma viragem crescente para formas de actividade pecuária marcadamente extensivas, ou integradas em explorações camponesas com algumas margens de modernização relativa¹⁵. Por outro lado, as necessidades de capital para esta sua modernização parcial foram feitas através do recurso a prestamistas e usurários locais e, principalmente, à emigração, cujos excedentes e remessas, em

¹³ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica, onde foi exercido o tirocínio de João Nogueira de Freitas*, Lisboa: Dissertação apresentada ao conselho escolar do Instituto Geral de Agronomia (manuscrito). p. 3.

¹⁴ Cf. Paulo Silveira e Sousa (2000), “As actividades industriais no distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910: Um mundo de possibilidades escassas”, *Arquipélago* (série História), IV, 1, pp. 113-172.

¹⁵ Aníbal Gomes Ferreira Cabido (1912), “A Indústria dos Lacticínios nos Açores”, *Boletim do Trabalho Industrial* nº 51; Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira. Notas sobre a sua Agricultura, Gados e Indústrias Anexas*, dissertação inaugural apresentada e defendida no Instituto Superior de Agronomia, Angra: Tipografia Andrade.

parte, também ajudaram a prosperidade das caixas económicas da cidade de Angra, sem que, contudo, os dois sectores estreitassem os seus laços.

O debate em torno do crédito agrícola atravessou toda a literatura económica e agronómica em Portugal, acentuando-se na segunda metade do século XIX, tendo sido feitas várias tentativas, sucessivamente goradas, para montar uma estrutura de bancos rurais um pouco por todo o país. Uma das mais conhecidas foi feita em 1866-1867, na sequência da desamortização dos bens das Misericórdias e confrarias. Porém, em Angra, tal como na maior parte do país, nada de novo surgiu desta tentativa, tendo os seus bens sido investidos na compra dos sempre rentáveis títulos da dívida pública.

Tratava-se de tentar adaptar à realidade nacional experiências anteriores retiradas de outros contextos nacionais do sul da Europa, como Espanha e Itália¹⁶. Se no primeiro caso houve um enquadramento estatal e legislativo mais intenso, em Itália as mudanças foram realizadas pelos agentes locais. Por exemplo, em várias cidades importantes como Florença e Turim, desde os anos de 1820, que as elites locais criaram instituições semelhantes às Caixas, separando com êxito, do ponto de vista institucional, a gestão do dinheiro da gestão das estruturas tradicionais de caridade¹⁷.

Contudo, no distrito de Angra, na década de 1860, as estruturas bancárias e financeiras eram ainda largamente herdeiras das estruturas da época moderna, dependendo, por um lado, de instituições como as confrarias, irmandades e misericórdias que detinham vastas atribuições públicas, pias e profanas; e por outro, de um pequeno meio de negociantes e capitalistas que exerciam o crédito através de contratos de hipoteca e de uma densa rede de relações interpessoais.

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra só seria fundada bem mais tarde, em 1893, face à continua desvalorização dos bens e dos rendimentos desta instituição. Com o seu património quase reduzido a inscrições da dívida pública

¹⁶ Pensamos que a ideia desta legislação era não só desamortizar a terra como também acompanhar de perto experiências como a espanhola, país onde as caixas económicas se desenvolveram a partir da reconversão dos antigos Montepios a partir de 1839, cf. Manuel Titos Martinez (1993), “Fondation et developpement des caisses d’épargne en Espagne au XIXe siècle”, in Manfred Pix e Hans Pohl (dirs.), *L’Histoire des Caisses D’Épargne Européennes*, Paris: les Éditions de L’Épargne, tome II (la diffusion de l’idée de caisses d’épargne au XIXe siècle), pp. 139-180.

¹⁷ Rita D’Errico (1999), *Una Gestione Bancaria Ottocentesca: la Cassa di Risparmio di Roma dal 1863 al 1890*, Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane.

a Misericórdia vivia agora a própria instabilidade dos mercados e da política financeira. Com efeito, se em 1868-1869 a sua receita anual se elevava a 18.010\$000 em 1897, quase 30 anos depois, ela estava reduzida a 12.200\$000¹⁸.

Perante o fracasso continuado dos grandes projectos legislativos estatais foram as autoridades distritais em articulação com os principais notáveis e capitalistas locais que criaram algumas Caixas Económicas. Assim aconteceu em Angra, em 1845, por iniciativa do então Governador Civil Nicolau Anastácio de Bettencourt Pita. Num país onde as caixas demoraram a se formar é curioso verificar que este funcionário deixou por todos os distritos onde exerceu o cargo de Governador Civil instituições congéneres. Se a de Angra foi a primeira a ser fundada, mais tarde o seu nome estaria na génese da de Aveiro, da da Horta, em 1862, e da de Portalegre.

Após a criação da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, só temos nova tentativa para formar uma outra empresa ligada ao crédito em 1863, quando a ilha atravessava uma crise financeira importante. A denominada “Companhia de Seguros e Descontos de Angra do Heroísmo”, tinha como principais objectivos fazer seguros de cargas e fogos, e auxiliar o comércio e a agricultura com empréstimos, descontos, transferências de fundos para diferentes praças, hipotecas e depósitos¹⁹. O seu capital seria de 200 contos de reis nominais, e de vinte contos iniciais, divididos em acções de cem mil reis. Ligados a este projecto surgem os nomes do grande negociante António José Rodrigues Fartura²⁰, de João António Nogueira²¹, de Luís António Nogueira²², do médico Rodrigo Zagalo

¹⁸ Cf. *Mapas estatísticos do Governo Civil de Angra do Heroísmo para o ano de 1868*. Angra: Tip.do Governo Civil, Costa Godolfim (1897), *As Misericórdias*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 407 e Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Anexos Estatísticos 2, quadros 2.2 e 2.3.

¹⁹ *Projecto de Estatutos da Companhia de Seguros de Angra do Heroísmo*, Angra: Tip. do Governo Civil.

²⁰ Grande negociante, originário do Porto estabeleceu-se em Angra em 1843. Foi um influente político de razoável peso, sendo presença regular na Câmara Municipal de Angra e na Junta Geral. A sua casa comercial fundir-se-á com a de Bento José de Matos Abreu, pai de José Júlio da Rocha Abreu, continuando uma das maiores e mais prósperas do distrito.

²¹ Irmão de Luís António Nogueira e secretário da administração do concelho.

²² Na época secretário geral do distrito de Angra, bacharel em Direito, futuro director geral do Ministério do Reino por mais de duas décadas. Avô materno do poeta Fernando Pessoa.

Nogueira²³ e do proprietário e poderoso influente da vida política local, José Maria Sieuve de Menezes, futuro visconde e conde do mesmo nome. No entanto, nada mais sabemos quanto aos seus desenvolvimentos. Ficamos a dúvida se esta era uma tentativa de debelar e combater a crise financeira do distrito, enquadrando debaixo de um novo tecto os capitais necessários para fazer rodar o comércio e a indústria local. O que ressalta da análise dos nomes fundadores é que eles eram quase todos membros do partido regenerador e vinham na, esmagadora maioria, das classes médias profissionais e do sector dos negócios.

Nesse mesmo ano de 1863 o Governador Civil Jácome de Bruges tenta criar um banco rural no concelho da Praia da Vitória para desenvolver a economia desta parte da ilha. Chegou a ser realizada uma primeira reunião em que se constituiu uma comissão encarregada de promover a iniciativa. Presentes estiveram as principais autoridades e os alguns dos principais lavradores, proprietários, notáveis e capitalistas do concelho. Para além de Jácome de Bruges, governador civil, estavam presentes o administrador do concelho, Paulo Manuel Homem da Costa Noronha e os cidadãos João Vaz da Costa, José Augusto de Faria, João Borges Pamplona, João Narciso de Almeida, Francisco de Meneses e Mendonça, Manuel Paim da Câmara, e João Homem de Meneses. Os cidadãos António Narciso de Almeida, José Narciso de Almeida e Manuel de Sousa Meneses apesar de não terem comparecido deram o seu assentimento ao que se deliberasse. Quase todos eram grandes lavradores e ganadeiros ligados à produção de trigo. No entanto, esta tentativa também não deu os seus frutos e a velha Caixa Económica de Angra continuaria a única instituição formal de crédito local por mais algumas décadas²⁴.

Pelos dados do *Anuário Estatístico* de 1875, podemos ver que desde 1852 apenas tinha sido criada em Angra uma associação de socorros mútuos: a “Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira”, a qual, mais tarde, dará origem ao Montepio Terceirense e à sua Caixa Económica, em 1880.

²³ Filho de um antigo juiz desembargador presidente da Relação dos Açores, era um dos médicos mais conceituados da cidade. Tendo-se formado pela Escola Médica de Lisboa doutorando-se, mais tarde, pela Universidade Católica de Louvain. Teve uma vida política muito preenchida, desempenhando ainda vários cargos na direcção do Asilo da Infância Desvalida e do Teatro Angrense, tendo também estado ligado a vários serviços de saúde pública.

²⁴ *Boletim Oficial do Distrito de Angra do Heroísmo*, nº 25 de 25-06-1863, p. 102.

A 22 de Julho de 1867 era publicada a carta de lei acerca da natureza, designação e constituição das sociedades anónimas, que vinha alterar o quadro legal dentro do qual se processava a actividade bancária. Nos anos que medeiam entre 1870 e a crise financeira de 1876, o número de bancos em Portugal continental disparou, elevando-se neste último ano a 51. Acabada a crise que afectara a economia portuguesa desde 1866-1867, entre 1873 e 1875 as remessas dos emigrantes brasileiros aumentaram o número dos pequenos e médios estabelecimentos²⁵.

Em 1870, apesar da existência da Caixa Económica de Angra, cujas transacções haviam ascendido a 130 contos no ano anterior com um saldo final de cerca de 8 contos, o Governador Civil, Félix Borges de Medeiros, escrevia no seu relatório que seria importante a existência na cidade de sucursais de alguns bancos do continente, para tentar evitar a usura que se praticava²⁶.

Em 1873 a presença de Bancos na praça de Angra não era muito grande, o que nos faz mais uma vez pensar na dimensão relativamente pequena dos negócios que aqui se cruzavam. Os agentes dos principais bancos eram também, em parte, os grandes negociantes, ou os lojistas mais conhecidos e conceituados, cujos interesses nunca se limitavam a um só sector do comércio ou dos serviços. Homens como Bento José de Matos Abreu, José Inácio de Almeida Monjardino, ou Joaquim Luís de Magalhães tinham já um lugar consolidado dos negócios. Bento José, John Read e a firma Magalhães & Sobrinho eram igualmente donos de estabelecimentos, mas José Inácio de Almeida Monjardino e Manuel Basílio Coelho da Rocha funcionavam sobretudo como procuradores, solicitadores e intermediários em questões de ordem jurídica. Juntamente com os atrás citados João António Nogueira e o médico Rodrigo Zagalo Nogueira eles vinham de uma média burguesia de profissionais, instalada e tradicional, que encontrava no meio dos negócios e do crédito a possibilidade de ganhar visibilidade e de enriquecer.

²⁵ Veja-se, por exemplo, Jaime Reis (1991), “Os Bancos Portugueses (1850-1913)”, *Anais da Conferência Internacional de História de Empresas*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 43-91; e Miriam Halpern Pereira (1983), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa: Sá da Costa 2ª Ed., pp. 253-264.

²⁶ O juro da Caixa Económica de Angra corria a 8%, sendo 5% o rendimento dos depósitos. *Relatório Apresentado à Junta Geral do distrito de Angra na sua Sessão Ordinária de 1870 pelo Governador Civil Félix Borges de Medeiros*, Angra: Tip do Governo Civil, 1870, p. 14.

Quadro 1 - Agentes dos Principais Bancos de Angra em 1873

Denominação	Agentes
Banco Aliança	Bento José de Matos Abreu
Banco Lusitano	Bento José de Matos Abreu
Banco Nacional Ultramarino	José Inácio de Almeida Monjardino
Banco União	Magalhães e Sobrinho
Companhia de Seguros “Bonança”	Manuel Basílio Coelho Rocha
Companhia de Seguros “Fidelidade”	Jacinto Inácio dos Reis
Company Loyds Insurance	John Read
Companhia Geral do Crédito Predial	Visconde de Sieuve de Menezes
Companhia de Seguros “Indemnizadora”	Magalhães e Sobrinho
Companhia de Seguros “Protectora”	Magalhães e Sobrinho

Fonte: *Almanaque -Insulano* para 1874, p. 18.

Por sua vez, Jacinto Inácio dos Reis era ao tempo o agente da poderosa Empresa Insulana de Navegação, que em regime de concessão pública assegurava os transportes entre ilhas e o continente. Curiosamente o agente da Companhia Geral do Crédito Predial era o na altura visconde de Sieuve de Menezes, filho de um morgado não muito abastado mas casado com uma das maiores fortunas da Angra fidalga. Aparentemente sem grande necessidade de se dedicar a estas actividades, o seu lugar de agente devia trazer-lhe prestígio, algum rendimento extra e uma rede auxiliar para apoiar a troca de favores, de amizades e de fidelidades pessoais em que se baseava a política da época.

Nesta cidade, tal como noutras zonas do país onde a emigração para o Brasil era importante, o afluxo de capitais foi intenso entre 1873 e 1876. Para mais terminara já a Guerra do Paraguai que provocara uma enorme escassez de numerário no Estado e na economia do País desde finais da década de 1860²⁷. Como podemos ver no quadro seguinte as remessas dos emigrantes enviadas pela via bancária atingiam somas consideráveis no distrito, às quais teríamos ainda que acrescentar o dinheiro declarado na alfândega de Angra pelos passageiros entrados.

²⁷ Rui Ramos (1991), O sistema Fontista”, in António Reis (coord.). *Portugal Contemporâneo* vol III, Lisboa: Edições Alfa.

Quadro 2 - Importância dos Saques do Brasil pagos na cidade de Angra pelas agências do Banco do Minho, Comercial de Viana, Lusitano, União, e Aliança e pela Companhia Brasileira de Navegação Transatlântica (1874-1876)

Anos	Quantias
1874	53.264\$440
1875	87.819\$976
1876	78.111\$663
Total	219.196\$034

Fonte: *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1877*, p. 104.

Em 1877 o Barão do Ramalho queixava-se de que com chuva de dinheiro não se havia aumentado a produção agrícola ou a produção industrial. Acrescentando que ela se tinha dirigido sobretudo para as hipotecas, fazendo elevar o valor da propriedade sem lhe aumentar o rendimento. Tal como já apontámos para São Jorge, pensamos que uma parte importante do dinheiro da emigração era investido na compra de terra, produzindo um efeito de camponização sobre a estrutura social da ilha²⁸. No distrito a terra pertencia em boa parte a casas vinculadas, que por motivos diferentes se tinham pouco a pouco vindo a desfazer. Mas nestes anos um grande número de trabalhadores e foreiros havia comprado ou remido as suas terras com dinheiro alcançado na emigração, transformando-se em pequenos proprietários donos de explorações camponesas independentes e relativamente eficientes²⁹.

A nível nacional a crise bancária de 1876 teve efeitos re-estruturadores profundos e o crescimento do sector revelou-se, a partir de então, bem mais lento, assim como se aprofundou nas décadas seguintes a con-

²⁸ Paulo Silveira e Sousa (1994), *Território, Poder, Propriedade e Elites Locais: a Ilha de São Jorge na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa: Tese de licenciatura em Sociologia apresentada no ISCTE. Ver também Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira. Notas sobre a sua Agricultura, Gados e Indústrias Anexas*, dissertação inaugural apresentada e defendida no Instituto Superior de Agronomia, Angra: Tipografia Andrade.

²⁹ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1877, pelo Governador Civil Barão do Ramalho*, Angra: Tip. Do Governo Civil, 1877, p. 29.

centração dos negócios junto das maiores instituições. Simultaneamente, as remessas brasileiras diminuíram bastante³⁰. Contudo, quando se dá esta crise bancária a Caixa Económica de Angra pouco ou nada sofre com o embate. A confiança dos depositantes não se mostrou abalada, antes pelo contrário o seu número aumentou³¹. Tal facto, pode significar quer a boa saúde da instituição, quer igualmente a fraca articulação do mercado financeiro local no interior do mais amplo espaço económico nacional.

Com o avançar do século a integração do arquipélago no sistema financeiro nacional foi-se acentuando, embora a moeda insulana, com um valor 25% inferior à do continente, tenha permanecido. Depois de décadas de instabilidade, a partir de 1887, o Banco de Portugal já tinha notas em circulação especificamente para o arquipélago, apenas pagáveis nas suas agências e nos Açores. Contudo as suas filiais apenas foram instaladas em 1895, em Angra e Ponta Delgada, sendo as últimas de um processo iniciado pela lei orgânica de 29-07-1887³². Mais uma vez o arquipélago era, naturalmente, a periferia nacional³³.

Em 1896, assim como em 1904 e 1905, eram agentes do Banco emissor nacional, Vital de Lemos Bettencourt e João de Mendonça Pacheco e Melo³⁴. Um era filho de um dos maiores morgados da Terceira, aparentado com toda a fidalguia e parte da gente antiga dos grandes negócios da praça de Angra, o outro era o primogénito de um dos mais ricos morgados da Graciosa. A intermediação com o sector dos negócios não estavam só nas mãos de indivíduos da classe média que subiram a vida a pulso. Aliás a necessidade cada vez mais obrigaria muitos destes descendentes da nobre-

³⁰ Pedro Lains (1995), "Saving Banks in Portuguese Banking (1880-1930): the role of Caixa Económica Portuguesa", Comunicação apresentada ao *XV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*; Rui Ramos (1991), *O sistema Fontista*...

³¹ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1877, pelo Governador Civil Barão do Ramalho*, pp. 43-44.

³² Henrique Mateus dos Santos (1900), *O Banco Emissor e as suas Relações com o Estado e com a Economia Nacional*, Lisboa: Livraria de M. Gomes, p. 112.

³³ Infelizmente continua por fazer uma investigação profunda sobre estas agências e os seus relatórios que poderiam servir para um estudo mais detalhado das redes de crédito local, dos seus clientes e financiadores. Do mesmo modo, falta um trabalho sobre o seu próprio papel financeiro enquanto motor auxiliar ou enquanto potencial concorrente das unidades locais, centralizando determinadas operações.

³⁴ Pedro de Merelim (1971), p. 68.

za insular a traçar uma trajectória pelo emprego público, mais secundariamente pelos negócios, ou através de um bom casamento com uma rica herdeira cujo pai ou avô tivessem amarelecido os dedos no deve e haver da sua casa comercial. De facto, anos mais tarde, uma das filhas de Vital de Lemos Bettencourt casaria com o filho e herdeiro de António Pedro Simões, *self made man* e uma das maiores fortunas da Angra burguesa no virar do século, como veremos adiante, também ele envolvido nos negócios e na gestão do crédito³⁵. João Mendonça de Pacheco e Melo casaria com a filha do grande negociante e capitalista João Carlos Silva. Quer o seu cunhado, quer o tio de sua mulher eram agentes locais de bancos nacionais.

Em 1893 é fundada a Caixa Económica da Misericórdia de Angra. Quer esta primeira, quer a antiga Caixa Económica, quer a mais recente Caixa do Montepio manterão sempre um desempenho saudável que as fará reforçar continuamente o seu peso e projecção locais.

Em 1899 existiam em Ponta Delgada as seguintes agências bancárias: Bancos Lusitano, do Minho, Comercial do Porto e de Lisboa, representados por Clemente José da Costa; Banco Lisboa e Açores, cujo agente era Bensaúde e Cia; Banco Aliança, representado por Francisco Xavier Pinto; Lloyds, cujo agente era George W. Hayes; Credit Lyonnais, Cheque Bank, Thos. Cook & son, de Londres, J. T. Morgan e Cº, Knauth, Nachod & Khune, de Nova York, Drexel & Cº, de Filadélfia, Yacht Club, de França, sendo correspondente Augusto S. Moreira; Royal Squadron e outros clubs de Yatching ingleses cujo representante era J. M. Bessone; e o New York Yatching Club representado por W. Nicholls. Além destes é feita referência à Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada, gerida por João de Melo Abreu, e no âmbito dos seguros à Açoreana³⁶.

³⁵ À data da sua morte, em 1909, a fortuna de António Pedro Simões era avaliada em quase 190 contos, dela fazendo parte três estabelecimentos comerciais, uma estância de madeiras apetrechada com uma máquina a vapor e um velho alambique, glória dos anos do álcool, cf. Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, pp. 131,151, 247.

³⁶ Félix Sottomayor (1899), *Guia do Viajante na Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada: Evaristo Ferreira Travassos Editor, p. 20. Poucos anos antes, em 1893, o *Almanaque do Campeão Popular* dava como agentes dos principais estabelecimentos de crédito, Francisco Xavier Pinto (Banco de Portugal e Banco União do Porto), Bensaúde e Cia (Banco de Lisboa e Açores), António J. Machado (Companhia de Crédito Predial), Clemente José da Costa (Banco Lusitano), na Caixa Económica da Associação de Seguros Mútuos de Ponta Delgada era gerente João de Melo Abreu, cf. p. 16.

Em Angra do Heroísmo, em 1902, os Bancos Aliança, Guimarães, Português e Brasileiro tinham como agente a firma Bento José de Matos Abreu & Filho. José Júlio da Rocha Abreu, filho de Bento, protagonista que consolidaria uma longa dinastia da burguesia local, era por seu turno o agente do Banco Comercial do Porto. Emídio Lino da Silva, era o agente do Banco Lusitano e Jacinto Carlos da Silva, seu sobrinho, do Banco do Minho, ambos eram a parte visível de uma antiga e influente família da praça de Angra³⁷. Em 1903 havia 15 agentes de bancos colectados no distrito de Angra do Heroísmo, 2 na Horta e 4 em Ponta Delgada³⁸. Esta maior quantidade do número de agentes no distrito de Angra pode talvez significar uma maior dispersão e ser consequência da pequenez e fragmentação dos mercados das ilhas do Grupo Central. Pelo contrário, no distrito de Ponta Delgada, estes estariam mais concentrados e regularizados, por exemplo através de filiais dos principais bancos. Contudo, e por enquanto, esta é apenas uma hipótese.

Se bem que a história destes homens dos negócios e do capital seja pouco conhecida pensamos que eles tinham por recurso a sua própria fortuna, que nunca atingiria volumes muito elevados se comparados com Ponta Delgada ou com outros centros regionais do continente. O carácter misto dos seus negócios, entre o comércio a grosso e a retalho, o import-export e a intermediação bancária permitia que as funções administrativas e de escritório destas actividades fossem comuns, baixando-se assim os custos de administração. Esta é uma questão tanto mais importante quanto sabemos que alguns destes negócios de intermediação financeira trabalhavam com pequenas comissões. Poderíamos estar perante uma boa rentabilidade obtida através de uma estrutura de funcionamento, dimensão e organização melhor adaptadas aos meios locais. Em caso de necessidade eles poderiam tentar se refinar recorrendo a casas de crédito exteriores, das quais eram agen-

³⁷ *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar para 1902*, Lisboa, 1903, pp. 1034-1037. Sobre estas dinastias de grandes negociantes cf. Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, pp. 136, 149-151, 152-155.

³⁸ *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1903*, vol II, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 144-145.

tes ou representantes, ou pedindo ajuda a outros capitalistas e negociantes locais. Pensamos também que, tal como noutros países, apenas muito raramente eles concentravam depósitos e poupanças, facto que talvez aprofundado ajude a explicar porque é que o mundo dos bancos e dos seus agentes não colidia com o das caixas económicas, mais canalizadas para a captação da poupança³⁹.

O mesmo Almanaque Açores para 1905 referia a existência de uma Caixa Económica na Vila da Praia da Vitória. A sua direcção era composta pelo médico e poderoso influente político, conhecido pelos seus inimigos como o “soba da Praia”, Alexandre Pamplona Ramos, por Joaquim Borges do Rego Félix, e Aniceto de Ornelas Ormonde⁴⁰. Mas por enquanto nada mais sabemos sobre esta instituição.

Este mesmo Almanaque de 1905 apenas assinalava uma Caixa Económica em São Miguel: a Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos, da qual era zelador João de Melo Abreu, simultaneamente negociante, industrial, homem de grossos capitais e director da companhia de seguros Açoreana. Esta ausência de pequenas instituições locais de crédito podia querer dizer que em São Miguel a penetração dos grandes bancos era maior e ocupava já um mercado muito mais rico e apetecido⁴¹. Em Angra, a pequenez do volume de negócios e a maior periferização da ilha Terceira levaram a que o crédito se tivesse começado a formalizar a partir destas pequenas Caixas, tal como de resto parece ter sucedido na Horta e no Pico. Esta última cidade, concentrava três Caixas Económicas, havendo ainda uma outra na Madalena do Pico, com sede nesta vila, e sucursais nas vilas de São Roque e Lages⁴².

³⁹ Alain Plessis (1993), “Les banquiers et les caisses d’épargne en France durant la première moitié du XIXe siècle”, in Manfred Pix e Hans Pohl (dirs.), *L’Histoire des Caisses D’Épargne Européennes*, Paris: les Éditions de L’Épargne, tome I (les origines des caisses d’épargne 1815-1848), p. 48.

⁴⁰ *Almanaque Açores para 1905*, p. 10.

⁴¹ Por exemplo a Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada apenas seria fundada em 1925.

⁴² *Idem*, 1905, pp. 13 e 15.

**Quadro 3 – Caixas Económicas Existentes nos Açores
em 1910 (contos)**

Caixas Económicas	Activo				Passivo (depósitos)	
	Caixa	Depositado	Letras	Empréstimos	À ordem	A Prazo
Da Praia da Vitória	3.154\$	-	49.917\$	106.363\$	-	149.523\$
De Angra do Heroísmo	51.317\$	-	505.300\$	1758.525\$	4.900\$	1959.729\$
Montepio Terceirense (Angra)	31.150\$	-	556.003\$	781.331\$	-	1231.217\$
De Crédito Distrital (Horta)	2.238\$	-	-	383.017\$	-	378.307\$
Faialense (Horta)	6.362\$	-	-	452.733\$	-	484.843\$
Luz e Caridade (Horta)	3.648\$	-	704\$	231.353\$	-	218.792\$
De Santa Cruz das Flores	.313\$	30.483\$	-	26.099\$	-	25.197\$
Picoense (Madalena)	7.250\$	-	-	121.840\$	-	125.177\$
De Ponta Delgada	93.054\$	-	-	1389.995\$	-	1302.420\$

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal 1908-1910*, vol I, Lisboa Imprensa Nacional, 1914, pp. 430-431.

No anos subsequentes este número cresceu ainda mais um pouco. Em 1910 das 21 caixas económicas existentes em Portugal 9 estavam localizadas nos Açores: 1 no distrito de Ponta Delgada, 5 no distrito da Horta e 3 no de Angra⁴³. Este número dá bem a imagem do peso desta forma de instituições de crédito no mercado do arquipélago e da sua crescente força e expansão a partir da viragem do século XIX.

Dentro das Caixas açorianas destacam-se as de Angra do Heroísmo e a do Montepio Terceirense, quer pelo valor dos depósitos, quer dos empréstimos e letras a receber. A recente Caixa económica de Ponta Delgada também tinha já uma boa posição, o que atesta bem a maior dimensão e o dinamismo da praça desta cidade.

Em inícios do século XX a situação do crédito era já bem mais estável. As crises monetárias que haviam afligido a Terceira em várias ocasiões eram agora acontecimentos do passado. No final do século, com a crescente intervenção do Estado e das novas autoridades monetárias, correndo a mesma moeda que no continente, apenas com um aumento de 25% no seu valor e regulando-se a moeda estrangeira pelo câmbio normal,

⁴³ *Anuário Estatístico de Portugal 1908-1910*, vol I, Lisboa Imprensa Nacional, 1914, pp. 430-431.

tudo se havia normalizado⁴⁴. Simultaneamente, as remessas dos emigrantes instalados no Brasil ou nos EUA ajudavam a compor a situação. Para ajudar à regularização da circulação da moeda as instituições locais de crédito e a ampliação da rede nacional das instituições financeiras, foram factores decisivos. Elas foram crescendo com vigor, melhorando os canais de circulação económica, e padronizando o sistema financeiro num conjunto de espaços, procedimentos e regras próprias. Ao mesmo tempo, a intervenção do Estado aumentou e as agências locais do Banco de Portugal foram tendo um papel cada vez activo e regulador.

A grande burguesia de Angra tanto trabalhava no deve e haver das Caixas Económicas, como tentava multiplicar o crédito nas suas próprias casas como agentes de bancos nacionais. Ambas posições lhes davam prestígio e confiança junto dos outros agentes económicos e multiplicavam, ainda, as relativamente escassas hipóteses de negócio do pequeno mundo local. A sua actividade de gestores das caixas vinha acrescida com a chancela do bem público, da honra e da aproximação à norma moral através de uma lógica de serviço à comunidade, tão necessárias à reconversão dos capitais económicos em capitais sociais e simbólicos, imprescindíveis para uma maior aceitação junto da burguesia já instalada e dos estratos tradicionais⁴⁵.

Contudo, não temos nenhuma tentativa de criação de bancos locais. Os investidores do crédito ou se empregavam como agentes de bancos nacionais de grande dimensão ou reapareciam nas direcções das caixas. Provavelmente, o pequeno giro monetário do distrito e a sua periferização, mesmo em relação ao grande centro do arquipélago localizado em Ponta Delgada, não dariam margem de manobra para uma maior formalização das redes do crédito. Contudo, se eles formalmente não eram banqueiros, informalmente podiam desempenhar as mesmas funções. Esta mistura de interesses começa na escassa linha de separação entre grandes negociantes e agentes locais dos bancos nacionais. Aqui devemos, por um lado, tentar não cair numa concepção demasiado extensiva de banca que a iden-

⁴⁴ Alfredo da Silva Sampaio (1906), *Memória sobre a Ilha Terceira*, pp. 375.

⁴⁵ Para uma abordagem mais teórica à teoria da reconversão dos capitais (entendidos enquanto recursos) ver Pierre Bourdieu (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris: Minuit. Para uma panorâmica geral da teoria deste mesmo autor cf. (1994), *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Lisboa: Celta.

tificaríamos com todas as formas de comércio do dinheiro, mas, por outro deveríamos seguir de perto as concepções dos contemporâneos, não aplicando retrospectivamente conceitos reificados do mundo económico presente. Desta forma, e acompanhando Alain Plessis, um banco seria no século XIX uma empresa que concedia habitualmente crédito, em particular sobre a forma de empréstimos, sem fazer da utilização de depósitos de particulares um critério decisivo. Esta definição permite-nos diferenciar os banqueiros locais de outros investidores que fariam o comércio do dinheiro, mas simplesmente como agentes de câmbio, contratadores de rendas, etc. Tomando como base a concessão de crédito, quanto mais diversificada a gama destas actividades mais depressa estaríamos perante um banco ou um negociante-banqueiro⁴⁶. Contudo, esta definição pode fazer explodir o número de potenciais pequenos banqueiros, dando conta de uma enorme diversidade e adaptação aos métodos e hábitos locais de pedir e conceder crédito⁴⁷.

Porém, novamente, só um trabalho mais aturado sobre as redes de crédito e o papel dos investidores, tendo em atenção estudos de caso intensivos, nos permitiria ver quem eram os negociantes ocasionalmente

⁴⁶ Veja-se para França as definições dadas por Alain Plessis (1999), “Les banques locales, de l’essor du Seconde Empire à la crise de la Belle Époque”, in Michel Lescure e Alain Plessis (dirs), *Banques Locales et Banques Regionales en France au XIXe Siècle*, pp. 204-206.

⁴⁷ *O Código Comercial Português* de José Ferreira Borges, de 1833, referia que são “banqueiros não só os comerciantes que se dedicam exclusivamente ao negócio de banco e transacções sobre seus arbítrios, mas os que estabelecem caixa e escritório fixo em que recebem somas em guarda e delas fazem pagamentos por ordens e cheques, mediante uma comissão, ou sem ela”, cf. A edição anotada e com apêndice legislativo de 1871, Coimbra: Imprensa da Universidade, parte I, liv. I, secção 3, p. 21. No seu *Dicionário Jurídico-Comercial* o mesmo autor, muda ligeiramente esta caracterização, fazendo-se equivaler banqueiro e cambiador: “são banqueiros as pessoas, que por meio de letras de câmbio, e por um certo prémio ou preço se obrigam a fazer dar dinheiro em um lugar diverso. Na expressão genérica de comerciantes ou negociantes se compreendem os banqueiros ou homens de negócio que se dão ao comércio de banco. Este ramo constitui o primeiro ou principal no comércio chamado por grosso. Os banqueiros são às vezes depositários e nesta qualidade tem direito a uma comissão. A nossa antiga palavra é cambiador como se vê entre outras da Ordenação Livro V, tit. 66”, in *Diccionario Jurídico-Comercial*, ed. de 1856, Porto, Tip. de Sebastião José Pereira, pp. 50-51. Em 1862 José Silvestre Ribeiro nas suas *Actas das Resoluções do Conselho de Estado* iria já dar um conceito mais definitivo e moderno referindo que por banqueiro se “entende o que desconta letras ou outros papéis de crédito, compra e vende fundos públicos, faz empréstimos, recebe e paga por conta alheia ou tira rendimentos do emprego ou aluguer de capitais por meio de outras quaisquer transacções de semelhante natureza”, Lisboa, vol X, p. 82.

especializados nos negócios do crédito, quem eram os capitalistas que praticavam a tempo parcial a usura ou o empréstimo sob hipotecas ou mesmo descontos de natureza comercial, e quem eram os agentes locais que informalmente funcionavam como pequenos banqueiros. Do mesmo modo poderíamos igualmente concluir que, parte dos negociantes tinham por hábito concederem o crédito em rede, entre eles mesmos, sem fazer recurso aos bancos, que seriam destinados a outras operações de natureza comercial⁴⁸. Parece-nos contudo que num meio económico pequeno, como o de Angra, era arriscado fundar um pequeno banco sem o apoio de uma ampla e convergente rede de notáveis. Esta posição de ter cada um dos pés assentes ou em agências de bancos ou nas Caixas permitia um maior equilíbrio e uma gestão mais cautelosa quer de uns quer de outros.

Estas pequenas Caixas Económicas nunca deixaram, portanto, de ser um investimento rentável. Tomando o Montepio Terceirense e a Caixa da Misericórdia como exemplos poderemos ver como a praça de Angra foi-se sempre desenvolvendo e como os capitais necessários para o investimento foram circulando. Na trajectória dos negócios financeiros da praça de Angra veremos também como a antiga fidalguia da cidade se foi diluindo e desaparecendo dos lugares económicos de destaque. Ela foi substituída por novas gerações e dinastias saídas do comércio e dos negócios, com as quais os seus descendentes se foram progressivamente fundindo.

3 - A Caixa Económica de Angra do Heroísmo: os seus accionistas e corpos dirigentes

A Caixa Económica de Angra do Heroísmo (CEAH) foi fundada a instâncias do então governador civil, Nicolau Anastácio de Bettencourt. Perante uma situação de crónica escassez de moeda, de elevados juros e especulação ele conseguiu agregar em torno da ideia um grupo de grandes notáveis da cidade. Segundo o projecto de estatutos da CEAH, datado de 23 de Dezembro de 1844 e saído da mão do próprio governador civil, a caixa seria destinada a receber quaisquer quantias que não fossem

⁴⁸ Alain Plessis (1999), “Les banques locales, de l’essor du Seconde Empire à la crise de la Belle Époque”, pp. 217, 222-223.

inferiores à de um tostão, abonando aos depositantes um juro de 4% ao ano (artº 4); a direcção somente poderia negociar com os fundos depositados em empréstimos sobre penhores de ouro, prata e jóias e também poderia fazer empréstimos sobre propriedades desembaraçadas na presença de certidões do registo de hipotecas⁴⁹.

A primeira reunião preparatória foi feita a 28 de Dezembro de 1844 no palácio do Governo Civil, tendo a força de Nicolau Anastácio sido suficiente para superar os interesses opostos da usura. Desta reunião saiu eleita uma comissão encarregada de rever os estatutos publicados anteriormente, sendo presidente Nicolau Anastácio de Bettencourt, e secretários o dr. António Moniz Barreto Corte Real, professor do liceu, advogado e comissário de estudos do distrito e José Augusto Cabral de Melo, secretário da câmara. No dia 7 de Janeiro de 1845 foi realizada nova reunião, tendo então sido aprovada uma segunda versão dos estatutos. A 3 de Março de 1845 a Caixa estava definitivamente formada. Nesse mesmo mês de 1845 começavam já as primeiras operações e depósitos. A afluência de capitais fez-se logo sentir e continuou através dos tempos, de modo que nunca os seus accionistas foram chamados a entrar com a importância das suas acções⁵⁰. Contudo, os seus estatutos definitivos foram só aprovados em assembleia geral a 15 de Maio de 1845, tendo a sua aprovação oficial sido feita por alvará de 6-10-1849⁵¹.

Analisando a lista de sócios fundadores que em 1845 subscreveram mais de 10 acções, no valor nominal cada uma de 10\$000 réis, vemos como preponderaram os elementos do comércio e dos negócios. Este grupo original de 20 indivíduos tomou a seu cargo 341 acções (3.410\$000) de um total de 519 (5.190\$000) subscritas por um total de 76 accionistas. Por outras palavras, eles controlavam 65,7% do capital de acções. A concentração dos títulos era pois real e traduziu-se no facto de 8 de entre os 20 principais subscritores ter sido igualmente vogal da direcção da Caixa.

⁴⁹ *O Angrense* de 26-12-1844, nº 429.

⁵⁰ *Relatório e Contas da Gerência da Caixa Económica de Angra do Heroísmo (CEAH) no ano de 1909*, Angra: Tip. Sousa e Andrade, pp. 26-31. *O Angrense* de 9-01-1845, nº 431.

⁵¹ *Estatutos da Caixa Económica Fundada na Cidade de Angra do Heroísmo*, Angra: Imprensa do Governo Civil, 1847.

Quadro 4 - Sócios Fundadores da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, em 1845, que Subscreveram mais de 10 acções

Sócios	Nº de Acções	Ocupações
Aniceto António dos Santos	30	Grande negociante
Manuel Gonçalves Fagundes	30	Grande Negociante
A. J. Vieira Rodrigues Fartura	20	Grande negociante
António da Silva Baptista	20	Negociante e capitalista
Jacinto Cândido da Silva	20	Grande negociante
José Francisco Álvares Barbosa	20	Brigadeiro
Luís António da Silva Carvalho	20	Grande negociante e capitalista
Manuel Joaquim dos Reis	20	Negociante
Manuel Mendes Correia	20	-
Nicolau Anastácio de Bettencourt	20	Governador Civil
Visconde de Bruges	20	Grande proprietário e morgado
Manuel José Pires Carreira	15	-
António José Gonçalves Branco	12	Comerciante
João Eduardo de Abreu Tavares	12	-
Jacinto Cândido da Silva Júnior	12	Comerciante
João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda	10	Grande proprietário e morgado
Joaquim José Marques Guimaráes	10	Funcionário Público
José Maria da Silva Carvalho	10	Negociante
Manuel José Pereira de Bettencourt	10	Advogado
Tomás José da Silva	10	Negociante

Fonte: *O Angrense* de 13-02-1845 e de 20-02-1845 n.º 436 e 437.

Em 1872 a Caixa aprovou novos estatutos que teriam sanção legal pelo alvará de 8 de Março de 1873. Nela se actualizaram e aumentaram os limites impostos aos depósitos. Se pelos estatutos de 1847 a caixa recebia em depósito quantias entre um tostão e 30\$000 réis, estes limites eram agora aumentados para um intervalo de 100 a 100\$000 réis. Da mesma forma, se em 1847 nenhum indivíduo podia ter depositada quantia excedente a 400\$000 réis, em 1873 esse número aumentava para um conto. Essa mesma reforma atribuía também uma retribuição aos directores que passavam a receber uma gratificação anual de 15% sobre os interesses líquidos de juros, despesas judiciais, e de todas as mais despesas de admi-

nistração. Criava-se igualmente um grupo de substitutos para exercer os lugares de direcção em caso de impedimentos. Este era um sinal claro da necessidade de uma crescente profissionalização destas tarefas. Em 1901 A sociedade da Caixa continuava a ser composta pelos cidadãos accionistas presentes e futuros inscritos no livro de registo das acções. As acções eram ainda de 10\$000 reis cada uma e não venciam prémio. Quando porém se verificasse alguma entrada por conta das mesmas, as quantias entradas venceriam o juro estipulado para os depositantes⁵². Pelos Estatutos de 1901 a gerência da Caixa continuava cometida a uma direcção, composta de presidente, secretário e tesoureiro, eleitos de entre os sócios. Estes directores mantinham a mesma gratificação aprovada em 1873 e serviam por um período de 2 anos⁵³. Do mesmo modo, dos lucros líquidos, uma fatia proposta pela direcção e aprovada pela Assembleia Geral (normalmente de 30 ou 40%) era destinada às instituições de caridade e de beneficência da ilha, sendo também beneficiada, caso se manifestasse necessário para a sua manutenção, a Assembleia Angrense e o Teatro Angrense. O remanescente acresceria ao fundo permanente da Caixa que servia também de garantia às quantias depositadas⁵⁴.

De acordo com a lista dos sócios de 1915, nesse ano, as acções eram em número de 1883, divididas por 91 indivíduos. Aqui havia desde as pequenas participações de cinco acções até às de 100, embora estas fossem em número bem mais reduzido. Vamos tomar como amostra todos os indivíduos com mais de 40 acções. No entanto, sabemos que este opção deixará de fora grandes negociantes como Basílio Mendes Simões, Frederico Augusto de Vasconcelos, ou Jacinto Carlos da Silva que apenas eram possuidores de 10 acções cada. Mesmo proprietários importantes como Diogo de Barcelos Bettencourt, que tinha somente 5, ficarão ausentes.

Tal como noutras amostras do sector comercial e mesmo num grupo tão restrito como este as relações de parentesco eram frequentes e próximas: Eduardo e José Júlio Abreu eram irmãos, Henrique e Tomé de Castro, pai e filho, Raimundo Sieuve de Menezes e Manuel Vitorino Betencourt,

⁵² *Estatutos da Caixa Económica Fundada na Cidade de Angra do Heroísmo*, Angra: Tip. Municipal, 1873 e *Estatutos da CEAH, Ilha Terceira - Açores, aprovados por alvará de 10 de Setembro de 1901*, Angra: Imprensa Municipal, p. 8, artº 3.

⁵³ Idem, p. 11, artº 10.

⁵⁴ Idem, p. 13, artº 19.

cunhados, por sua vez Francisco Coelho Borges e João Torcato Coelho da Rocha, primos. Nesta lista de 12 nomes os únicos representantes da velha fidalguia de Angra eram Raimundo, conde de Sieuve de Meneses e João Baldaia do Rego Botelho, filho de António, conde do Rego Botelho, detentor também de uma pequena quantidade de acções.

Quadro 5 - Sócios da Caixa Económica de Angra do Heroísmo possuidores de mais de 40 acções em 1915

Sócios	Nº de Acções	Ocupações
Eduardo Pereira Abreu	100	Médico, proprietário, oriundo de uma família de grandes negociantes
José Júlio da Rocha Abreu	100	Grande negociante, capitalista
Henrique de Castro	100	Grande negociante e industrial, capitalista
Tomé de Castro	100	Grande negociante
João Baldaia do Rego Botelho	100	Grande proprietário
Raimundo Sieuve de Menezes	100	Grande proprietário
Manuel Vitorino de Bettencourt	70	Médico e funcionário público
Emílio Borges de Ávila	60	Comerciante
Francisco de Assis Barcelos Coelho Borges	50	Engenheiro, funcionário público
João Torcato Coelho da Rocha	50	Secretário Geral do G. Civil, licenciado em direito
João António das Neves	50	Funcionário público, advogado provisional
José Joaquim de Oliveira Brás	40	Negociante

Fonte: *Relatório e Contas da Gerência da CEAH no ano de 1915*, pp. 23-26

Se compararmos as listas dos subscritores de acções de 1845 e de 1913 vemos que apesar dos nomes serem já outros, a composição social deste grupo não se altera. Os homens dos negócios continuaram a preponderar. Se nos determos agora no grupo mais alargado dos 91 accionistas teremos outras informações interessantes. Veremos que não importava apenas o dinheiro ou a propriedade, mas também a respeitabilidade, o capital simbólico que podia advir do desempenho de certos cargos ou da pertença a famílias antigas e conhecidas no meio local. Tal facto permite-

nos questionar até que ponto as actividades do crédito e esta mesma palavra, não permaneceram sempre, mesmo que a partir de certo momento lateralmente, ligadas à sua antiga aura de honorabilidade, moral e bom nome⁵⁵.

Dos 91 indivíduos apenas conseguimos identificar as ocupações e actividades profissionais de 70 que aparecem resumidas no quadro 6⁵⁶.

Quadro 6 - Composição Profissional de 70 dos Sócios (Accionistas) da CEAH em 1915

Categorias Profissionais	Número
Funcionários Públicos	31
Militares	5
Comerciantes	6
Negociantes	15
Funcionários Públicos e Profissionais liberais	6
Proprietários	7
Total	70

Fonte: *Relatório e Contas da Gerência da CEAH no ano de 1915*, pp. 23-26

⁵⁵ Para uma análise da trajectória histórica destes conceitos ver Craig Muldrew (1998), *The Economy of Obligation: the culture of credit and social relations in Early Modern England*, Londres: MacMillan. Na sua tentativa de desconstruir os conceitos base de capitalismo o autor defende que a ideia de crédito como referindo-se apenas aos cabedais financeiros de um indivíduo e à sua capacidade para os gerir é uma construção que entra em uso no século XVI e que passa a ser mote comum no final do século XVII. Infelizmente faltam estudos mais recentes e sobretudo investigações que relacionem as noções de crédito com as de confiança.

⁵⁶ Estabelecemos grandes categorias que abrangem um espectro relativamente vasto, por exemplo, nos funcionários públicos incluímos desde os escrivães do juízo de direito, oficiais do Governo Civil, o secretário geral, directores de Obras Públicas, um juiz reformado da Relação dos Açores, até professores do liceu. O nosso grande problema foi classificar os membros das profissões liberais que normalmente acumulavam estas actividades com lugares no funcionalismo público e com a categoria de proprietários. Neste caso tomamos sempre como critério a ligação ao aparelho de Estado que nos pareceu em quase todos os casos a mais fundamental e estruturante em termos de rendimento. Para os casos mais equívocos criamos uma categoria própria. No caso dos negociantes, alguns já teriam um comportamento de proprietários, vivendo como capitalistas, de rendas da terra e da usura. No entanto, agregamo-los a todos. Afinal era este o grupo dos muito ricos.

Se o número de funcionários públicos é esmagador é preciso dizer que parte deles eram também detentores de pequenas, médias ou mesmo grandes propriedades, como Vital de Lemos Bettencourt, agente do Banco de Portugal ou Luís Meireles do Canto e Castro, engenheiro das Obras Públicas. Parte dos funcionários públicos que eram igualmente profissionais liberais estavam dotados de diplomas e de um capital social extra: eles vinham de famílias da fidalguia angrense, destacando-se nomes como o de Diogo de Barcelos Bettencourt, ou António da Fonseca Carvão Paim da Câmara. Simultaneamente burgueses, profissionais liberais, assalariados do Estado, proprietários e por vezes de origem nobre a sua categoria não podia ser mais ambígua sem que se quebrasse uma só linha da sua notoriedade local. Em número seguem-se os negociantes e só então encontramos um grupo de sete proprietários. Este era formado pelos condes de Sieuve e do Rego Botelho e pelos seus respectivos filhos, por alguns grandes ganadeiros e lavradores como José da Costa Franco, José Narciso Parreira Coelho ou João Corvelo de Ávila. A sobrevivência e a condição de notável já não se faziam sem o capital escolar e sem a ligação a um emprego no Estado. O recurso aos notáveis para manter viva a Caixa mantinha-se, mas agora eles não precisavam tanto da terra como de um lugar certo e de um salário regular nas repartições e secretarias públicas.

As redes sociais traduzidas no parentesco, na participação política ou em associações profissionais, de caridade ou de lazer aprofundavam a comunicação e constituíam nós importantes destes fluxos. Elas eram fontes para novas informações que poderiam aumentar os conhecimentos sobre sectores particulares, negócios, pessoas e situações. As redes sociais dos membros da direcção destas instituições eram, assim, fundamentais para uma boa gestão, assente numa sempre bem actualizada informação. Os agentes dos bancos e gerentes das caixas diminuían, portanto, na prática, as assimetrias de informação, permitindo, por um lado, avaliar a situação das firmas e dos agentes, reduzindo os riscos das operações, e, por outro, garantir a confiança dos depositantes.

Isto levanta o interesse de saber como é que estas direcções eram eleitas e quais as relações entre os seus membros, relações não só económicas, como políticas e sociais. Os dados são relativamente escassos mas permitem-nos, pelo menos, perceber que na Caixa Económica de Angra havia uma mistura relativamente grande entre notáveis progressistas como José Júlio da Rocha Abreu e destacados regeneradores como

Emídio Lino da Silva. Quer um quer outro fizeram parte das mesmas direcções, mas as divisões políticas que os alinhavam localmente parecem não ter tido grande relevância. O mesmo não parece ter sucedido na futura Caixa Económica da Misericórdia, onde, em 1901, os progressistas, donos da direcção, eram acusados de ameaçar com execuções e penhoras os devedores que não lhes garantissem os votos. Do mesmo modo, no hospital da misericórdia eram acusados de só aceitar internar doentes se as famílias lhes jurassem fidelidade política⁵⁷.

**Quadro 7 - Lista dos Vogais das Direcções
da Caixa Económica de Angra do Heroísmo,
em exercício, desde a sua fundação (1845-1912)**

Nomes	Anos exercidos	Profissão/ocupação
Visconde de Bruges	1845	Morgado, grande proprietário
António José da Silva Baptista	1845	Negociante
Tomás José da Silva	1845	Negociante
Francisco de Meneses Lemos e Carvalho	1845-1849	Proprietário, secundogénito de uma família de morgados
João Toste Parreira	1845-1849	Grande proprietário e prestamista
Manuel José Pereira Leal	1845-1849, 1852-1855	Proprietário, governador civil
João Eduardo Abreu Tavares	1849-1851	-
António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior	1849-1853 e 1866	Grande negociante
Nicolau Caetano de Bettencourt Pita Júnior	1849-1851	Funcionário do governo civil
João António Nogueira	1852-1853	Secretário da administração do concelho
José Inácio de Almeida Monjardino	1854-1855, 1864-1865	Negociante, advogado e procurador
António Belo de Almeida	1854-1855	-
Frederico Ferreira Campos	1856-1863	Negociante e proprietário
João Alberto Rebelo	1856-1863	Comerciante
Rogério Marcos de Oliveira	1856-1889	Funcionário público
Joaquim José Marques Guimarães	1864-1865	Secretário geral do G. civil
Nicolau Anastácio de Bettencourt	1866, 1868-1869	Governador civil aposentado
Joaquim Teixeira Brasil	1866, 1870-1890	Grande negociante

⁵⁷ José Guilherme Reis Leite (1995), *Política e Administração nos Açores de 1870 a 1910. O Primeiro Movimento Autonomista*, Ponta Delgada: Publicações Jornal de Cultura, p. 163 e *A Terceira* de 23-11-1901.

**Quadro 7 - Lista dos Vogais das Direcções
da Caixa Económica de Angra do Heroísmo,
em exercício, desde a sua fundação (1845-1912)** (continuação)

Nomes	Anos exercidos	Profissão/ocupação
Manuel José Botelho	1867-1880	Negociante
José Maria Gonçalves Branco	1880-1883	Negociante
Emídio Lino da Silva	1883-1910	Grande negociante, capitalista e proprietário
Luís Francisco de Meireles do Canto e Castro	1889-1898	Proprietário, morgado, engenheiro das obras públicas
António da Costa Coelho	1890-1892	Negociante
José Júlio da Rocha Abreu	1892-1912	Grande negociante
Conde de Sieuve de Menezes	1898, 1900-1912	Grande proprietário
Alfredo de Mendonça	1901	Negociante
Henrique de Castro	1903-1904	Grande negociante
Tomé de Castro	1910-1912	Grande negociante

Fonte: *Caixa Económica de Angra do Heroísmo, Relatório e Contas da Direcção, Anexos, Parecer da Comissão Revisora de Contas, Gerência de 1912*, Angra: Tip. de “A Verdade”, pp. 51-52

Se compararmos agora a amostra dos vogais da direcção da Caixa Económica entre 1845 e 1912, que consta do quadro 7, com a lista dos presidentes da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo entre 1860 e 1907 vemos que três deles foram presidentes durante o período: o visconde de Bruges e 1º conde da Praia da Vitória entre 1860 e 1870, José Inácio de Almeida Monjardino em 1882-1886 e 1896-1898, e o 2º conde de Sieuve de Menezes em 1902-1904. Se analisarmos agora a lista dos vereadores para o mesmo período de 1860 a 1907 vemos que 8 dos 28 vogais constavam da pauta das vereações: Frederico Ferreira Campos, Joaquim José Marques Guimarães, João António Nogueira, João Alberto Rebelo, Emídio Lino da Silva, José Maria Gonçalves Branco, Bento José de Matos Abreu e Alfredo de Mendonça. Este número aumenta para 10 pois António José Vieira Rodrigues Fartura e Tomás José da Silva foram eleitos vereadores num período anterior⁵⁸. Se a sua presença nos órgãos

⁵⁸ Lista da vereação da Câmara Municipal de Angra para 1845 em *O Angrense* de 9-01-1845, nº 431.

municipais não era esmagadora ela denuncia mesmo assim uma ligação estreita entre parte destes vogais e a política local⁵⁹.

Pela Associação Comercial de Angra do Heroísmo também passaram alguns destes homens como José Júlio da Rocha Abreu, Alfredo de Mendonça, e um parente próximo de Emídio Lino da Silva, seu sobrinho Jacinto Carlos da Silva, como vimos atrás o agente do banco do Minho e futuro visconde da Aqualva⁶⁰. Outro dado curioso em relação à Caixa Económica de Angra é a enorme longevidade de parte destes vogais da direcção durante o período de 1845 a 1910: Rogério Marcos de Oliveira exercerá por 33 anos esta posição, Emídio Lino da Silva por 27, Joaquim Teixeira Brasil por 21 e José Júlio da Rocha Abreu, pelo menos, por 20. Tratavam-se de indivíduos com enorme prestígio local, mas também com uma grande experiência na condução dos negócios e um conhecimento profundo das firmas e dos agentes económicos locais. Como vimos Emílio Lino da Silva e José Júlio da Rocha Abreu eram igualmente agentes de bancos, Joaquim Teixeira Brasil um conhecido prestamista. Tal como noutras partes da Europa banqueiros e homens do crédito estavam entre os primeiros subscritores, directores ou administradores das caixas económicas⁶¹. Estas funções de gestão e de direcção eram exercidas a tempo parcial, sendo sobretudo funções de gestão e de arbitragem entre os agentes locais. Não sendo formas de gestão modernas a tempo inteiro e remuneradas como tal, elas deixavam tempo e margem de manobra para outros negócios e actividades que, na verdade, concentravam o grosso dos interesses destes indivíduos.

Nos anos de 1881-1884 os limites mínimos e máximos dos depósitos oscilavam entre 100 e 100\$000 réis, vencendo um juro anual de 5% ⁶². Em 1902, as retiradas de depósitos aumentaram bastante, tendo sido cerca de 145 contos mais elevadas que no ano precedente. A direcção explicava tal comportamento pela crise económica que o distrito atravessava após o

⁵⁹ Para os presidentes da Câmara ver Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, em especial as pp. 293-297. Quanto ao quadro com as vereações agradeço a Avelino Santos ter-me disponibilizado esta sua recolha.

⁶⁰ Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, em especial o capítulo 3, p. 136.

⁶¹ Para França veja-se Alain Plessis (1990), “Les banquiers et les caisses d’épargne en France durant la première moitié du XIXe siècle”, pp. 47-52.

⁶² *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1884*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 228.

encerramento das fábricas de álcool de Vale de Linhares e do Ramo Grande⁶³. Contudo, a Caixa aguentou-se sem dificuldades de maior. Num estudo recente sobre o sector, Pedro Lains escrevia que a grande dificuldade que o desenvolvimento destas instituições encontrava, não era a de arrematar depósitos, mas sim a de conseguir meios rentáveis de investir os seus fundos⁶⁴. Mesmo que em pequena escala estes obstáculos parecem ter sido ultrapassados na Caixa Económica de Angra do Heroísmo.

4 - O Montepio Terceirense

O Montepio foi fundado originalmente como uma associação de socorros mútuos, passando com o tempo a fazer várias operações financeiras, até que em 1880 são aprovados os estatutos da sua Caixa Económica. Também ele não era uma sociedade por acções, mas sim uma espécie de fundo de pensões financiado pelas quotas pagas pelos seus sócios. A partir desta base é que se fundou a instituição de crédito anexo, continuando as duas, ao longo dos anos, a funcionar separadamente e com direcções distintas⁶⁵.

A marca ideológica dos saint simonistas práticos, como Michel Chevalier, que tanto influenciaram as gerações da *Regeneração* era bem notória na fundação deste tipo de instituições: para eles seria o progresso da indústria e das actividades económicas, resultado dos milagres do crédito, que permitiria melhorar as condições de vida das classes mais numerosas. Regeneradores e mesmo a esquerda Histórica não pensavam aqui de forma muito diferente. De facto, este modelo de instituição privada consagrada sobretudo à recolha da pequena poupança ligada a uma outra instituição mutualista para a qual são canalizados os benefícios realizados é um modelo muito comum na Europa do século XIX. Contudo, em Portugal, se exceptuarmos instituições como o Montepio Geral, o seu papel no sector do crédito parece ter sido menos forte e permanece em grande parte ainda por estudar⁶⁶.

⁶³ CEAH, *Relatório e Contas da Direcção e Parecer da Comissão Revisora de Contas, Gerência de 1902*, Angra: Tip. Sousa e Andrade, pp. 8-9.

⁶⁴ Pedro Lains (1995), “Saving Banks in Portuguese Banking (1880-1930)...”, p. 18.

⁶⁵ Um pouco à semelhança do Montepio Geral de Lisboa.

⁶⁶ Raúl da Silva Pereira (1995) “Les caisses d’épargne au Portugal”, in C. Bruck (dir.) (1995), *Les Caisses D’Épargne en Europe*, Paris: les Éditions de L’Épargne, 297-313.

O decreto de aprovação dos estatutos da Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira data de 14 de Maio de 1862⁶⁷, embora ela tenha sido criada dois anos antes, a 22 de Abril de 1860. Esta associação foi fundada para auxiliar os “artistas de todos os ofícios ou misteres”, bem como quaisquer outros indivíduos que a ela queiram pertencer, facultando-lhes ajuda na doença e na inabilidade para trabalhar, garantindo ainda pensões para os seus familiares mais próximos⁶⁸. Seguindo o *ethos* burguês oitocentista a poupança era considerada como uma virtude moral na qual se reflectia um modo de vida equilibrado e integrado. A sua propagação às classes populares urbanas permitiria a sua educação e a sua regeneração social e económica.

Presidindo à sua primeira Assembleia Geral estava o Visconde de Bruges e 1ª Conde da Praia da Vitória, ao tempo o mais opulento e influente morgado da Terceira, senhor do partido Histórico local, sendo seu vice o seu filho e herdeiro, Jácome de Ornelas Bruges, e secretário André Francisco de Meireles do Canto e Castro, outro descendente da fidalguia local. Se a mesa da assembleia era cativa do patrocínio dos nobres e poderosos, a comissão directora era formada pelas classes médias. O presidente era Francisco de Azevedo Cabral, funcionário público - vereador em Angra, nalguns anos administrador do concelho substituto na Praia, mais tarde primeiro oficial e chefe da repartição da Junta Geral do distrito -, jornalista e homem dado às artes e às letras, foi ainda presidente do *Club Popular Angrense*, a colectividade que fazia o outro espectro da selecta *Assembleia Angrense*. O tesoureiro, Elias José Ribeiro era um militar, antigo patuleia, acérrimo homem da esquerda liberal e descendente de ricas famílias do sector dos negócios e do capital. O secretário era outro funcionário público e jornalista, José Joaquim Pinheiro, autor de algumas obras sobre história local. Apenas os vogais eram homens de ofícios, alfaia-tes, sapateiros e tipógrafos.

⁶⁷ *Anuário Estatístico de 1875*, pp. 382-383.

⁶⁸ Francisco Augusto Lopes da Silva Júnior (1960), “Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos). Memória Histórica a Propósito do 1º Centenário da Fundação da Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira em 22 de Abril de 1860 na Cidade de Angra do Heroísmo”, Separata da *Atlântida*, vol.

**Quadro 8 - Profissões dos Sócios Fundadores da Sociedade
Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira,
em 22 de Abril de 1860**

Barbeiros	11
Alfaiates	9
Tipógrafos	1
Empregados do Comércio	9
Ourives	2
Farmacêuticos	1
Negociantes	13
Funcionários Públicos	12
Professores	1
Militares	3
Proprietários	13
Sapateiros	17
Carpinteiros, Pedreiros, Marceneiros, Pintores	21
Ferradores, Ferreiros, Funileiros, Falquejadores, Tanoeiros, Oleiros, Violeiros, Padeiros	9
Jornaleiros, Marítimos e Criados de Servir	8
Profissão não Conhecida	29
Total	159

Fonte: Francisco Augusto Lopes da Silva Júnior (1960),
"Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos).
Memória Histórica..., Separata da *Atlântida*, vol., p. 13.

Os seus primeiros sócios formavam, pois, um grupo muito heterogéneo, que de longe se cingia às classes populares de Angra, englobando, igualmente, as classes médias e alguns capitalistas e proprietários. Pequenos artesãos (sapateiros, barbeiros e alfaiates) eram 37, os pequenos burgueses assalariados do comércio resumiam-se a 9 indivíduos, aos quais juntamos um tipógrafo, num total de 47 sócios; os trabalhadores da construção ascendiam a 21, aos quais ainda se agregavam 9 profissionais de ofícios tradicionais (ferreiros, tanoeiros, etc), subindo o seu número a 30; os jornaleiros, marítimos e criados de servir

eram apenas 8; o grupo dos mais escolarizados e abastados (farmacêuticos, ourives, negociantes, funcionários públicos, militares, professores e proprietários), elevava-se a 45 indivíduos, restando ainda 29 sócios sem profissão conhecida⁶⁹.

Se bem que não saibamos, em boa parte dos casos, quais destes indivíduos eram assalariados e quais eram independentes ou pequenos patrões, vamos classificar o primeiro grupo de 47 sócios (ou seja, 36,2% do total conhecido) como pertencendo à pequena burguesia e artesanato urbano de Angra. Um segundo grupo de 30 pessoas formado pelos empregados na construção e artesãos tradicionais possuidores de competências próprias, constituíam um tipo ainda muito tradicional de operariado e agregavam 23,1% dos sócios. No fim da escala social estão os 8 jornaleiros, marítimos e criados de servir, fornecedores de um tipo de trabalho indiferenciado (6,2%). As classes médias, a burguesia comercial e a elite tradicional estava representada por 45 indivíduos ou seja 34,6% do total conhecido.

Daqui ressalta bem como esta associação era, sobretudo, uma associação de artesãos, pequenos burgueses e de membros das classes médias urbanas às quais se juntavam, mais residualmente, alguns elementos das classes populares, e um grupo de notáveis do comércio e da elite tradicional local que davam o patrocínio e em parte a dirigiam paternalmente.

Pelo quadro 9 parece-nos mesmo provável que com o tempo este seu carácter de classe média se tenha acentuado, vendo-se cada vez mais excluídas as classes populares, destituídas de capitais económicos e escolares, assim como os grandes proprietários e negociantes locais. Dos 191 sócios admitidos entre 1905 e 1909 conhecemos a profissão de 177. Destes 20 eram proprietários, médicos, farmacêuticos, advogados, notários e solicitadores. 57 eram comerciantes, funcionários públicos, padres, militares, professores e profissões afins, com um relativo capital escolar e económico. 33 eram guardas fiscais, sacristães e empregados do comércio, a que se seguiam 19 sapateiros, alfaiates, costureiras, barbeiros e tipógrafos, membros deste velho sector de artesãos algures entre a pequena burguesia e o operariado mais destacado. Trabalhadores manuais e marítimos encontramos apenas 47. Excluindo agora os 19 artesãos os membros das classes médias e da pequena burguesia instalada era 110 ou seja 65% dos novos sócios admitidos.

⁶⁹ Francisco Augusto Lopes da Silva Júnior (1960), “Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos). Memória Histórica a Propósito do 1º Centenário da Fundação da Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira”, pp. 12-14.

**Quadro 9 - Profissões dos Sócios Admitidos
entre o 1 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1909**

Sapateiros	5
Barbeiros	5
Alfaiates	5
Tipógrafos	3
Costureiras	1
Empregados do Comércio	16
Farmacêuticos e Químicos Analistas	4
Comerciantes	15
Fotógrafos	1
Funcionários Públicos	15
Professores	3
Médicos	1
Enfermeiros e Dentistas	2
Advogados e Notários	3
Solicitadores	2
Padres	10
Sacristães	1
Guardas Ficais	16
Militares	11
Proprietários	11
Carpinteiros, Pedreiros, Marceneiros, Caiadores	15
Funileiros, serralheiros, Oleiros, carroceiros, serradores	11
Trabalhadores e Marítimos	19
Operários	2
Profissão não Conhecida	14
Total	191

Fonte: Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerência de 1909, Angra: Imprensa Municipal.

Com o passar dos anos a primitiva configuração legal alterou-se e a antiga Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira deu origem, passadas décadas sobre a sua fundação, ao Montepio Terceirense. A primeira alteração dos estatutos foi feita em 1871, passando a denominação a ser Montepio Terceirense das Classes Laboriosas. Nas novas alterações em 1872 e mais tarde, em 1877 a área de influência da associação foi ampliada, primeiro às outras ilhas do arquipélago e depois ao Continente e à Madeira. Em 1899 na sequência da reorganização das associações de socorros decretada pelo governo em 1896, é criado o Montepio Terceirense, tendo os seus estatutos sido aprovados no mesmo ano, os quais sofrerão algumas alterações em 1904⁷⁰.

Os saldos anuais da primitiva Sociedade Auxiliadora eram preferencialmente empregados na compra de títulos de dívida pública, apesar dos estatutos aprovados em 1871 permitirem a realização de mais algumas operações financeiras sobre penhores e hipotecas. A criação da Caixa Económica será consignada nos estatutos de 1877, sendo esta aprovada em 1880. No mesmo ano, na eleição para vogais efectivos da direcção foram escolhidos Guilherme Martins Pinto, João Tomás Teixeira e Joaquim Luís de Magalhães⁷¹. O fundo de garantia da nova instituição foi fixado em 5 contos retirados do fundo permanente do Montepio. Contudo, em 1884 havia já capital suficiente para que o novo estabelecimento pudesse criar um fundo de garantia com dinheiros próprios, passando o dinheiro do Montepio a simples depósito.

O Montepio foi uma instituição em constante desenvolvimento, à qual a Caixa Económica deu ainda um maior vigor. O seu número de associados foi sempre aumentando, assim como as prestações sociais garantidas. A 3 de Junho de 1899 eles perfaziam 715 indivíduos, a 1 de Janeiro de 1905 já alcançavam

⁷⁰ Francisco Augusto Lopes da Silva Júnior (1960), “Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos). Memória Histórica a Propósito do 1º Centenário da Fundação da Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira”..., pp. 27-29.

⁷¹ Guilherme Martins Pinto vinha de uma família de comerciantes abastados de Angra, profissão que continuou e desenvolveu. Foi ainda durante longos anos vice provedor e provedor da Misericórdia. Politicamente afecto ao partido progressista, foi vereador e vogal da Junta Geral, tendo sido igualmente gerente da Caixa Económica do Montepio Terceirense, Pedro de Merelim (1971), p. 22. Joaquim Luís de Magalhães era outro negociante, que em sociedade com seu tio era o representante de uma série de bancos e companhias de seguros em 1873. Sobre João Tomás Teixeira nada sabemos.

os 763, atingindo um total de 848 sócios a 1 de Janeiro de 1910. Em 1899 os pensionistas de sobrevivência eram 148, a 1 de Janeiro de 1910 a lista já ia em 308. O capital do Montepio depositado na Caixa Económica saltava de cerca 5 contos em 1880, para pouco mais de 20 em 1889. Dez anos depois, em 1899 ele já duplicara atingindo os 44, aproximando-se em 1909 dos 64 contos⁷².

Em 1893 aquando da discussão sobre a criação da Caixa Económica da Misericórdia o dr. Rodrigo Zagalo Nogueira referia como exemplo a Caixa Económica do Montepio Terceirense que se achava então numa desafogada situação financeira⁷³. Os estatutos propunham que os lucros da Caixa fossem distribuídos da seguinte forma: 50% para os encargos do Montepio, 30% para reforço do fundo circulante, 10% para constituição do fundo fixo do mesmo estabelecimento, e 10 % para amortização de dívidas incobráveis.

Quadro 10 - Operações da Caixa Económica do Montepio Terceirense (1880-1909) em Contos

Épocas	Activo					Passivo		
	Hipotecas e Créditos Caucionados	Obrigações e Empréstimos a corp. Administrativas	Penhores	Letras a Receber	Total	Depósitos	Depósitos à ordem	Total
1880	13,52	1,8	0,49	-	15,85	6,45	0,30	6,75
1884	24,44	11,26	0,18	19,87	55,77	41,21	0,12	41,33
1889	44,7	38,56	0,29	98,03	181,59	151,53	3,59	155,13
1894	77,03	54,14	0,32	161,5	294,99	258,64	0,07	258,72
1899	205,99	108,6	0,61	258,43	573,62	527,63	3,46	531,10
1904	357,67	179,97	0,38	394,05	932,08	841,04	0,80	841,84
1905	403,27	190,26	0,30	405,76	999,60	899,52	12,06	911,56
1906	400,26	190,95	0,25	485,52	1076,97	985,03	5,99	991,02
1907	423,69	198,53	0,31	497,43	1119,96	1016,67	10,58	1027,25
1908	513,89	201,02	0,38	553,03	1268,32	1163,78	3,46	1167,25
1909	577,03	189,11	0,22	574,09	1340,45	1240,27	2,88	1243,15

Fonte: Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerência de 1909, Angra: Imprensa Municipal.

⁷² Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerência de 1909, Angra: Imprensa Municipal, Veja-se a parte “Estatística, 1905-1909”, quadros I, X, XIV, e XVIII.

⁷³ Pedro de Merelim (1971), p. 13.

Quadro 11 - Capitalização da Caixa Económica do Montepio Terceirense (1880-1909) em contos

Épocas	Total dos Fundos Circulante e de Reserva
1880	0,067
1884	4,86
1889	9,86
1894	22,98
1899	38,23
1904	56,23
1905	59,67
1906	63,47
1907	67,61
1908	72,98
1909	77,99

Fonte: *Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerência de 1909*, Angra: Imprensa Municipal.

Em 1905 o Montepio tinha já seis delegações a funcionar na Praia da Graciosa, Velas, Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Horta e São Roque do Pico e alcançava uma dimensão já quase à escala regional, embora tivesse penetrado, sobretudo, no mercado das pequenas ilhas⁷⁴. À época era presidente, o abastado negociante, António Pedro Simões, sendo vogais Joaquim Luís de Magalhães e Eugénio da Silva Camacho⁷⁵. Em 1905 os prémios dos descontos de letras, o juro dos empréstimos sobre hipotecas ou dos empréstimos sobre obrigações compunham a maior parte dos lucros do estabelecimento. Mas os depósitos não deixaram de ter igualmente um franco desenvolvimento.

Em 1902-1903 a direcção da Caixa do Montepio era formada por António Pedro Simões, Guilherme Martins Pinto e Joaquim Luís

⁷⁴ *Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerência de 1905*, Angra: Imprensa Municipal.

⁷⁵ Segundo o *Almanaque Açores para 1908* António Pedro Simões era à data o agente da Companhia Madeirense e Açoreana de Navegação a Vapor, Cf. p. 15.

de Magalhães, todos homens dos negócios, com casas comerciais abertas⁷⁶. Em 1908 a direcção era composta por novas caras: Severiano Maria da Costa, Francisco Martins Felisberto e Basílio Mendes Simões, filho de António Pedro, formavam o novo trio⁷⁷. Em 1909 eles eram Francisco de Paula Homem da Costa Noronha, Basílio Mendes Simões e Abel Rodrigues Moutinho. De novo os homens do comércio e dos negócios pontuavam, mas desta feita havia um descendente da velha nobreza angrése já convertido ao uso da mais prosaica manga de alpaca.

Com estas amostras podemos perceber como uma passagem pela Caixas Económicas era não só uma escola de gestão, mas um lugar de prestígio e de passagem obrigatória para aqueles que se encontravam em ascensão dentro da elite dos negócios. Simultaneamente, permaneciam um lugar de visibilidade para alguns funcionários públicos e membros mais empobrecidos das antigas elites tradicionais.

5 - Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Em 1883, o então governador civil de Angra, Afonso de Castro, enviou um officio à Mesa da Santa Casa da Misericórdia da cidade, recordando-lhe que a lei de 22 de Junho de 1866 autorizava estas instituições a criar bancos agrícolas. Desta forma, elas poderiam concorrer não só para o desenvolvimento da agricultura, mas também para o incremento dos seus bens patrimoniais, podendo aumentar assim as suas funções assistenciais⁷⁸. Atravessando a ilha um período de crise, com uma agricultura decaída, onde nenhuma cultura substituía ainda a da laranja e onde a falta de capitais e o alto juro se faziam sentir de forma aguda, os bancos agrícolas poderiam ser uma maneira de aliviar a situação. Apesar do interes-

⁷⁶ *Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio para 1903 e da Caixa Económica, Gerência de 1902*, Angra: Imprensa Municipal.

⁷⁷ *Montepio Terceirense. Relatório e Contas da Direcção do Montepio e da Caixa Económica, Gerência de 1908*, Angra: Imprensa Municipal.

⁷⁸ Pedro de Merelim (1971), *Memória Histórica da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo*.

se manifestado pela resposta do provedor, José Inácio de Almeida Monjardino, a iniciativa caiu no esquecimento e dela só temos novas referências na década seguinte.

Será em Novembro de 1893, a instâncias do então vice-provedor Guilherme Martins Pinto Júnior, que se proporá de novo a criação de uma instituição de crédito anexa à Misericórdia, como forma de obviar aos escolhos financeiros por que ela passava nesses anos. Tendo à sua conta a sustentação de uma asilo permanente de 25 inválidos e de um hospital com um média diária de 70 doentes, a Misericórdia via as suas receitas diminuir desde as leis desamortizadoras da década de 1860. De acordo com as contas dos irmãos, se então o rendimento se elevava a 14 contos de reis anuais, em 1893 ele estava já reduzido a nove, aos quais ainda deveria ser retirada uma parcela, destinada a pagar o novo imposto sobre as inscrições da dívida pública decretado pelo governo de José Dias Ferreira⁷⁹.

A primeira proposta previa que a caixa económica fosse criada com uma parte dos fundos das inscrições, que constituiriam o fundo de reserva, aos quais se juntariam posteriormente os lucros do novo estabelecimento. Face à oposição manifestada quer pela imprensa local, quer por membros da própria irmandade, o mesmo vice-provedor apresentou, na assembleia seguinte, em Dezembro do mesmo ano de 1893, uma nova proposta em que o fundo de reserva seria composto por 1000 acções de 10\$000 reis, sem vencimento algum de juro, sorteadas anualmente e pagas com os lucros auferidos pelas transacções efectuadas. Não vencendo juros as acções subscritas seriam apenas uma espécie de adiantamento por parte dos accionistas. Guilherme Martins Pinto Júnior referiu ainda que já conseguira a subscrição de cerca de 5 contos através de contactos com pessoas das suas relações. A proposta foi então aprovada por maioria ficando a mesa encarregue de apresentar uma proposta de estatutos. Esta seria aprovada, passados poucos meses, em 25 de Fevereiro de 1894.

Mesmo já existindo em Angra outras duas caixas económicas a criação desta nova foi acolhida com agrado pelo então Governador Civil, José Pimentel Homem de Noronha. Em 26 de Abril de 1896 era feita a escritura constitutiva da sociedade. A nova Caixa Económica

⁷⁹ Pedro de Merelim (1971), *Memória Histórica da Caixa Económica...*

tinha como operações de crédito aceitar depósitos em dinheiro com garantia de juros, contractos de mútuo sobre os depósitos por meio de penhor, hipoteca, obrigação de dívida e letras comerciais. Os associados fundadores, Álvaro da Costa Franco, Henrique de Castro, Frederico Augusto de Vasconcelos, Guilherme Martins Pinto Sénior, José Luís de Sequeira, António Pedro Simões, António Tomás do Canto, Luís Manuel de Matos Faria, António Casimiro Mourato e Guilherme Martins Pinto Júnior, subscreveram por este documento um capital de 8 contos de reis, correspondendo a cada um 800\$000 de acções. Na qualidade de subscritores fundadores os referidos indivíduos apenas se reservavam o direito de amortização periódica do respectivo capital, por meio de sorteio das acções, sem garantia de juro, nem a participação nos lucros da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo⁸⁰.

Dentro dos associados fundadores, mais umas vez, encontramos a presença de alguns laços familiares próximos. Álvaro da Costa Franco era casado com uma neta de Henrique de Castro e os homónimos Martins Pinto eram pai e filho. Destes 8 fundadores apenas Álvaro da Costa Franco e José Luís de Sequeira eram grandes proprietários e apenas o primeiro tinha na sua origem linhagens de morgados.

Neste documento a primeira direcção ficou composta por Henrique de Castro, Álvaro da Costa Franco e Guilherme Martins Pinto Júnior: um grande capitalista vindo da indústria do álcool, um grande proprietário e ganadeiro, várias vezes provedor da Misericórdia e um negociante em franca ascensão. Contudo, a aprovação legal demoraria mais cerca de 2 anos, ficando somente concluída em 16 de Julho de 1896. Os notáveis subscritores da primeira direcção vão então desaparecer com a eleição da primeira gerência. De facto, este era um trabalho demasiado cansativo para quem já tinha uma vida muito preenchida nos negócios e na política, ou para quem estava habituado a uma vida mais folgada que não passava pelos contornos permanentes da vida e da contabilidade comercial.

A primeira gerência, eleita a 13 de Dezembro do mesmo ano, era constituída por sete elementos, quatro da assembleia geral e três da direc-

⁸⁰ Veja-se a cópia da escritura reproduzida por Pedro de Merelim (1971), pp. 65-69.

ção, quase todos eles pequenos notáveis ligados ao sector do comércio. O presidente, Manuel Alves Bettencourt, era um importante comerciante com loja no centro de Angra e uma influência política destacada, que começara a sua vida como simples marinheiro; em 1870 comandava o patacho S. Salvador que transportava pessoas e carga entre os Açores e Lisboa; na década de 1880 já se encontrava estabelecido e era ainda agente da companhia de seguros Portugal; homem convictamente regenerador, cuja acção pública se fez sentir como membro do Conselho de Distrito, da Junta Geral, como vereador e mesmo presidente da câmara em substituição do conde do Rego Botelho, pertenceu ainda ao Tribunal do Comércio da cidade, tendo sido também director do Teatro Angrense durante 15 anos, director do Asilo de Mendicidade entre 1897 e 1906, e Comandante do Corpo de Bombeiros. Estamos perante um personagem de grande crédito e influência que não pertencendo ao grupo fechado dos grandes proprietários, negociantes e industriais de riqueza há muito estabelecida, não deixava por isso de ter o respeito e a vénia pública. Era tesoureiro da direcção, Francisco José da Costa Vidal, outro membro destacado do comércio, cuja vida fora ocupada numa ascensão para a riqueza e a notoriedade. Tendo nascido em Santa Maria de Bouro veio para Angra em 1862 servir na Loja de Bento José de Matos Abreu, igualmente originário da zona de Braga. Em 1864 era já gerente da sociedade Abreu & Matos, da qual se tornou sócio em 1870. Militava no partido progressista, tendo sido por diversas vezes vereador. Estava igualmente ligado a várias associações e colectividades, como a Associação Comercial, da qual foi presidente, ou o *Club Popular Angrense*, no qual presidiu à assembleia geral. O secretário era João Nogueira de Freitas, agrónomo distrital, vereador da câmara em 1899-1901 e tal como seu pai, Joaquim José de Sousa Freitas, agente da *Insulana de Navegação* e de outras companhias como a *Fidelidade*, cujo avô já tinha sido proprietário de navios. Era também o cônsul francês, tal como seu pai também havia sido vice-cônsul inglês. Juntamente com João Belo de Moraes foi sócio fundador da saboaria *União Fabril Terceirense*⁸¹. A terminar uma ascendência em direcção à distinção e às boas maneiras adquiriu a Casa da Miragaia aos descendentes do morgado José Borges Leal Corte Real.

⁸¹ Segundo Pedro de Merelim (1971) esta fábrica funcionou durante as três primeiras décadas do século XX, p. 26.

Como presidente e vice-presidente da assembleia geral foram eleitos Rodrigo Zagalo Nogueira e Henrique de Castro, duas figuras de grande prestígio no meio local e que se destacavam quer pelo peso económico quer pelo capital cultural e influência política. Rodrigo Zagalo Nogueira era um médico importante, bem aparentado e um influente de destaque. Henrique de Castro, um dos maiores capitalistas, negociantes e industriais da ilha, estava muito acima dos comerciantes de riqueza mais recente que formavam a maior parte da restante direcção⁸². Ao contrário da fundação da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira a criação da Caixa Económica da Misericórdia não teve a seu lado o patrocínio exclusivo dos grandes proprietários e morgados. Sinal dos tempos e das modificações da sociedade local.

A relação nominal dos cento e trinta e um accionistas que na data de abertura da Caixa, a 1 de Janeiro de 1897, subscreveram 687 acções no valor de 10 mil reis cada uma é outro documento curioso. Pegando apenas nos indivíduos que subscreveram pelo menos 10 destes títulos (22 num total de 131), vemos que eles são na maior parte dos casos comerciantes e negociantes. Nomes como Guilherme Martins Pinto Sénior, Henrique de Castro, António Pedro Simões, José Júlio da Rocha Abreu ou Frederico Augusto de Vasconcelos constituem os principais accionistas. As famílias tradicionais da antiga fidalguia de Angra parecem afastadas deste processo, mesmo o Visconde de N. Sra. das Mercês, destacado proprietário, chefe do partido Progressista e parente de Henrique de Castro, apenas subscreve 5 acções.

Somente a partir deste exemplo é difícil inferir que eles pouco investiam e que viviam sobretudo do gozo das rendas da terra, ou então que já estavam maioritariamente ligados ao emprego público no aparelho de Estado. Contudo, parece claro que a sua preponderância económica já estava esvaziada e que a participação nos cargos e nas actividades da Misericórdia começava no final do século a ser dominada pelos principais negociantes, lojistas e membros das classes médias locais.

⁸² Para a formação da direcção da Caixa e mais informações biográficas sobre os seus dirigentes veja-se Pedro de Merelim (1971), pp. 24-27.

Quadro 12 - Provedores e Vice-provedores da Santa Casa da Misericórdia de Angra (1875-1911)

Anos	Provedores	Actividades e Ocupação	Grupo Social de origem
1875-1877	comendador António da Silva Baptista (Vice Manuel Augusto Coelho Borges)	Negociante	Grande Burguesia
1879-1881	José da Fonseca Abreu Castelo Branco (Vice Manuel Basílio Coelho da Rocha)	Cónego	Fidalguia
1881-1883	José Inácio de Almeida Monjardino (Vice Luís Francisco da Rocha)	Negociante, funcionário público e médio proprietário	Classe média abastada
1883-1885	Barão do Ramalho (Vice Félix José da Costa Sotto Maior)	Grande Proprietário	Fidalguia
1885-1887	Conde da Praia da Vitória (Diogo de Barcelos Machado Bettencourt)	Grande Proprietário	Fidalguia
1887-1890	Álvaro da Costa Franco (Vice João José de Aguiar)	Grande Proprietário	Fidalguia
1890-1893	Álvaro da Costa Franco (Vice Guilherme Martins Pinto Júnior)	Grande Proprietário	Fidalguia
1893-1896	Álvaro da Costa Franco (Vice Guilherme Martins Pinto Júnior)	Grande Proprietário	Fidalguia
1896-1899	José da Fonseca Abreu Castelo Branco (Vice Cândido Forjaz de Lacerda)	Cónego	Fidalguia
1899-1901*	Guilherme Martins Pinto Júnior (Vice José Juliano Gonçalves Cota)	Negociante	Média Burguesia
1901-1904*	Frederico Augusto Lopes Dias (Vice Luís Correia Ourique)	Farmacêutico, advogado provisional, funcionário	Média Burguesia
1904-1905*	Guilherme Martins Pinto Júnior (Vice José Juliano Gonçalves Cota)	Negociante	Média Burguesia
1905-1906*	Henrique de Castro (Vice José Luís Sequeira)	Negociante	Média Burguesia
1906-1908*	Frederico Augusto Lopes Dias (Vice António Mariano da Costa Coelho)	Farmacêutico, advogado provisional, funcionário	Média Burguesia
1908-1911	Frederico Augusto Lopes Dias (Vice João Maria Pinheiro)	Farmacêutico, advogado provisional, funcionário	Média Burguesia

Fonte: BPAAH - Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Livro das Actas das Sessões da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1876-1914*. * De 1901 a 1908 a Santa Casa foi dirigida por comissões administrativas nomeadas pelos sucessivos Governadores Civis. No quadro surgem os nomes dos presidentes e dos vice-presidentes das ditas comissões. A partir de 1908 as eleições retornam a sua cadência.

De facto, se bem que a Misericórdia tivesse uma composição interclassista, que reflectia a estrutura de ocupações e a estrutura social local, embora com um maior peso dos habitantes letrados da cidade, o controle do cargo de provedor esteve até aos últimos anos do século XIX nas mãos de uma elite em que predominavam os mais importantes proprietários e membros da elite hereditária. Com a documentação disponível apenas conseguimos identificar os provedores, presidentes das comissões administrativas e respectivos vices para os anos de 1875 a 1911⁸³, mas até finais do século XIX, apesar da presença regular de alguns grandes negociantes ou homens importantes das classes médias, o número dos fidalgos continuou a revelar-se esmagador. Como aliás se pode constatar pelo quadro anterior.

Apenas nos lugares de vice-provedor ou de tesoureiro os homens da burguesia eram maioritários. Contudo, a partir da viragem do século o lugar de provedor foi ocupado, maioritariamente, por grandes e médios burgueses desejosos de uma ascensão social e de um lugar de direito na elite e no reconhecimento social a que o seu capital económico e escolar já lhes permitia aspirar.

Uma colagem à norma moral da igreja e um papel paternalista e caritativo sobre a população local eram uma forte ajuda para o aumento do prestígio e do *status*. Na verdade, não era só o controle sobre estas instituições ou o controle da propriedade fundiária, ou o *status* herdado que interessavam, o enquadramento das massas era igualmente feito através de um forte paternalismo, numa estrutura caritativa que tornava as prestações destes indivíduos absolutamente indispensáveis em certos períodos de crise, e numa aproximação (mesmo que dúbia) à norma moral e à norma religiosa⁸⁴.

Ao contrário do que pode sugerir uma leitura apressada, com o desfazer contínuo da fidalguia tradicional, os laços de solidariedade vertical não desapareceram. Muito menos estavam afastados de uma realidade

⁸³ No fundo da Santa Casa da Misericórdia de Angra, depositado na BPAAH, faltam os livros de actas correspondentes aos anos de 1860 a 1875.

⁸⁴ Para uma análise mais detalhada das Misericórdias, enquanto instituições com um peso social e político relevante, ver José Manuel Sobral (1990), "Religião, relações sociais e poder. A Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séc. XIX - XX)", *Análise Social*, vol. XXV, nº 107, Lisboa, pp 351- 373, e (1993), *Trajectos. Produção e Reprodução da Sociedade - Família, Propriedade, Estrutura Social numa Freguesia Rural Beirã*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social apresentada ao ISCTE, Lisboa: poliopiado, pp. 397-405.

aparentemente tão prosaica como o crédito. Os laços de solidariedade vertical permaneceram, embora protagonizados por outras classes. No final do século o nome de um negociante e capitalista como José Júlio da Rocha Abreu surgia não só na direcção da Caixa Económica de Angra, mas também no Asilo de Infância Desvalida, na Cozinha Económica, no Orfanato do Beato João Baptista Machado, no Cofre de Caridade do Distrito, etc⁸⁵. No entanto, é preciso referir que, se a participação dos grandes comerciantes e negociantes nestas instituições locais aumentou bastante, ela era um traço que já vinha crescendo, discretamente, desde décadas mais recuadas. A sua presença em lugares de relevo e como os principais beneméritos do Asilo de Infância Desvalida, fundado no decénio de 1850, através de donativos pessoais ou da angariação de donativos de terceiros, pode ser a este nível um bom exemplo. Por volta de 1870, se o conselho protector era composto por todas as fidalgas “mães dos pobres” da cidade e esposas dos principais titulares, a verdade é que a mesa administrativa era composta por médicos, como Rodrigo Zagalo Nogueira, negociantes e clérigos que na prática forneciam ainda as mais gordas esmolas⁸⁶.

A rede de leitura da realidade social, moldada por várias formas de dominação e pela ética cristã, dizia aos povos que o papel dos ricos, em ocasiões de ruptura e de crise, era ajudar os pobres. Papel que eles desempenhavam com mestria, até porque daqui também dependia a sua identificação enquanto membros de um dado grupo social privilegiado, detentor não só do poder de mediar com o exterior, de concentrar e de se apropriar de bens - sobre a forma de rendas, produtos ou serviços -, mas igualmente, dono e senhor das possibilidades de distribuir e de proteger. A

⁸⁵ *Homenagem Prestada ao Exmo. Senhor José Júlio da Rocha Abreu em 24 de Agosto de 1930 pela Caixa Económica de Angra do Heroísmo*, Angra: Tip. Moderna, pp. 16-18. Em 1891 os negociantes José Júlio e seu Pai Bento José recebem um Louvor de Sua Majestade pelo papel benemérito aquando dos violentos temporais que assolaram a Ilha Terceira em 22 e 23-07-1891, *Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil, 4º ano (1 de Agosto de 1891 a 31 de Julho de 1892)*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 150; Aníbal Gomes Ferreira Cabido (1909), “Instituições de beneficência e previdência nos distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (5ª circunscrição dos serviços técnicos da Indústria)”, *Boletim do Trabalho Industrial* nº 25, Lisboa: Imprensa Nacional.

⁸⁶ Veja-se, por exemplo, *o Relatório e Contas da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento e do Asilo da Infância Desvalida da cidade de Angra do Heroísmo desde 7 de Setembro de 1874 a 10 de Outubro de 1876*, Angra: Imp. Do Governo Civil. 1878.

caridade, o paternalismo e a actividade benemérita eram laços que uniam sob uma teia invisível os ricos e os pobres, os poderosos e os insignificantes, que permitiam a dominação de uma elite e, ainda, o controlo das crises e situações de ruptura social, mantendo intactas as estruturas sociais⁸⁷. Todos estes comportamentos eram parte do mesmo *ethos* que criava a respeitabilidade, a confiança e a honra, que permitiam a alguém possuir a legitimidade para ter assento na direcção de uma Caixa, conhecer os detalhes dos negócios, e ter ainda o poder de moralmente e economicamente julgar os outros. Na gestão da caridade e dos negócios do crédito a burguesia ligada ao Estado e ao comércio substituíam definitivamente os velhos fidalgos, procedendo a uma reconversão dos seus capitais através de velhas e conhecidas estratégias. Nestas virtuosas demonstrações de desinteresse e amor pela comunidade pode perceber-se, claramente, um modo particular de gestão do estatuto simbólico, uma actuação paternalista que enquadrava as populações que apoiavam quem lhes desse contrapartidas pela sua fidelidade. Com isto não queremos dizer que exista uma intencionalidade e um cinismo estreito por parte dos principais agentes locais. Pelo contrário, estas acções só resultavam e eram eficazes porque faziam parte de um comportamento esperado que tinha que se manifestar desinteressado e desprendido. De facto, as práticas podem obedecer a uma lógica económica e ter efeitos estruturantes nessa esfera, sem obedecer a critérios e a lógicas estreitamente económicas.

Como refere Pierre Bourdieu, muitas situações de enquadramento e de dominação manifestam-se sob formas em que há um claro interesse em demonstrar uma atitude desinteressada. A caridade, o paternalismo, as formas de benemerência e de apoio aos mais pobres surgem como situações em que se pode criar ou maximizar capital simbólico e construir uma imagem de si mais condicente com a de uma elite. É assim que convém saber encontrar os equilíbrios entre um paternalismo generoso face às outras classes e uma exploração que por demasiado forte se poderia colocar como odiosa e fomentadora de rupturas. Os comportamentos não devem, por isso, ultrapassar determinados limites de generosidade que ponham

⁸⁷ Veja-se por exemplo, E.P. Thompson (1971), “The Moral economy of the english crowd in the eighteen century”, Ed. castelhana em *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre la Crisis de la Sociedad preindustrial*, Barcelona Editorial Critica, pp. 62-134.

em causa a reprodução dos patrimónios económicos da elite, nem, por outro lado, se podem demonstrar tão impiedosos que alimentem antagonismos de classe muito fortes. As relações que assim se estabelecem têm que vir marcadas por um certo encantamento que traduza a dominação e a exploração em formas eufemizadas de protecção e de reciprocidade desigual.

No entanto, este interesse na atitude desinteressada por parte dos poderosos, não pode ser evidente, nem convém que se mostre como fruto de um cálculo prévio. Tal seria ir contra as regras e descobrir o próprio jogo, perdendo-se aqui todos os ganhos possíveis. A atitude a tomar tem que estar inscrita nas práticas de maneira a que surja como a decisão natural, como um comportamento de paternalismo e de solidariedade vertical perfeitamente interiorizado. O reconhecimento pelos outros actores de que as coisas assim se passam é a regra principal para que estas práticas possam cumprir a sua função simbólica de legitimação e de dominação. Não se trata, portanto, de um cálculo cínico ou de um acto de utilitarismo, mas tão, somente, de formas de dominação que exigem uma inscrição no conjunto de disposições dos indivíduos e que funcionam sobretudo de forma inconsciente⁸⁸.

6 – Conclusão e algumas linhas de investigação futura

Tal como as suas congéneres a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra demonstrou ser um bom negócio e prosperou, talvez aproveitando o ciclo de remessas que a forte emigração para os EUA inaugurou no início do século XX. Em 1909-1910 a própria Misericórdia já se apresentava com melhor balanço. As suas receitas elevavam-se neste ano a 20.262\$166 réis. Destes 9.760\$000 provinham de juros de títulos da dívida pública, 2.827\$000 de juros de obrigações, depósitos e capitais mutuados, 1.067\$000 de rendas de propriedades e foros, 6.572\$000 de

⁸⁸ Para uma discussão sobre as noções de estratégia e de práticas cf. Pierre Bourdieu (1980), *Le Sens Pratique*, Paris: Minuit, e (1980), “Le mort saisit le vif: les relations entre l’histoire réifiée et l’histoire incorporée”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n° 32-33, pp. 63-72, e (1994), *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*, Lisboa: Celta (ed. Port. de 1997), pp. 121-139.

outras receitas, nas quais pensamos estarem pelo menos parte dos lucros da Caixa, e 36\$000 réis de legados, donativos, e jóias e quotas dos irmãos⁸⁹. Em 24 de Junho de 1912 os sócios fundadores sobreviventes e os descendentes dos já falecidos dissolvem a sociedade constituída anos antes, apenas para garantir a solvência da nova instituição. Se homens como Henrique de Castro, José Luís de Sequeira, Frederico Augusto de Vasconcelos ou Guilherme Martins Pinto ainda eram vivos outros já haviam falecido. E novas dinastias comerciais se formavam como a do filho de António Pedro Simões, Basílio Mendes Simões.

A Caixa Económica de Angra do Heroísmo o mais antigo e rico destes estabelecimentos bancários tinha em 1904 como directores Emídio Lino da Silva, o conde de Sieuve de Meneses, e José Júlio da Rocha Abreu. À frente da Caixa Económica do Montepio encontravam-se António Pedro Simões, Guilherme Martins Pinto e Joaquim Luís de Magalhães (todos eles ligados ao comércio e aos negócios ou membros de famílias da mais rica burguesia). Por sua vez o mais recente de todas estes estabelecimentos, a Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, tinha como direcção Manuel Alves Bettencourt, João Nogueira de Freitas e Francisco José da Costa Vidal (todos eles da mesma forma ligados às actividades comerciais, mas à excepção de João Nogueira, homens que se tinham imposto no grupo dos poderosos, desde o seu início de vida como marçanos ou marinheiros).

Para se ser um gestor de sucesso, por longos e sucessivos anos era necessário uma tradição de permanência na praça, de confiança e respeitabilidade. Estas por sua vez pressupunham um conhecimento aprofundado dos actores locais que não era feito somente através das redes dos negócios, mas através de todo um conjunto de redes de notabilidade. Era pois preciso estar presente nos nós das principais redes informais e formais de sociabilidade, da política, dos negócios e das associações.

Porém, facto relevante, muitos dos notáveis dos negócios que geriam as Caixas continuavam a ter uma carteira de interesses económicos bem diversificada. A pequena escala dos negócios e o bom senso assim o aconselhavam. José Júlio da Rocha Abreu e Emídio Lino da Silva, por longos anos vogais da Direcção da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, sur-

⁸⁹ Ver os dados das receitas e despesas das Misericórdias do arquipélago em *Anuário Estatístico de Portugal 1908,1909,1910*, vol I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1914, pp. 100-101.

giam também como grandes exportadores de cereais nas listas do Governo Civil, como vimos eram agentes de outros bancos e companhias, actuavam ligados ao import-export e ao retalho, onde eram donos de estabelecimentos, e investiam ainda na compra de bens fundiários e de imóveis urbanos. António Pedro Simões e João Nogueira de Freitas cujos nomes aparecem associados à Caixa do Montepio e à Caixa da Misericórdia eram agentes de empresas de navegação e de seguros, pequenos industriais, António Pedro, dono de lojas a grosso e a retalho e ambos proprietários de bens fundiários. Eles estavam a par do que se passava no tráfego e no comércio internacional, desfrutavam de fortes ligações aos mercados externos, onde eram reconhecidos e faziam uso de ampla publicidade nos jornais locais⁹⁰. Se a respeitabilidade moral era importante para criar confiança, esta diversificação era também decisiva para criar uma vasta rede de informações sobre todos ou quase todos os aspectos da vida económica local. Tal conhecimento em profundidade minimizava os riscos de investimentos ao alertar para as áreas e agentes de menor solidez ou cuja trajectória podia ameaçar ruína; por outro lado, todas estas actividades podiam ser também co-financiadas pelas caixas, tecendo assim um intrincado padrão de interdependências.

A finalizar a grande hipótese que deixamos é a de que caixas, bancos e as actividades de médios e grandes prestamistas e agiotas locais eram sectores que não entravam necessariamente em confronto, pelo menos nestes anos. As caixas captavam recursos através das poupanças e parte dos negócios continuariam a ser feitos fora com recurso à rede tradicional de agentes de bancos e prestamistas. Ao mesmo tempo, as caixas serviam os seus interesses concentrando recursos e permitindo um mais movimentado giro monetário num mercado caracterizado pela sua pequenez e escassez de numerário. Por outro lado, ainda, colocava-se uma questão de capital técnico e conhecimento: afinal quem sabia mexer com o dinheiro e fazer as contas, quem tinha um capital de respeitabilidade acumulado na praça e conhecia, simultaneamente, as reputações e os negócios, os bolsos mais cheios e os mais vazios? Os agentes de bancos, capitalistas locais, grandes lojistas e principais comerciantes eram pois, em grande parte, os naturais promotores e a base das Caixas: a sua notoriedade, as suas competências, o conhecimento detalhado do meio e das questões

⁹⁰ Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, em especial o cap. 3, pp. 122-212.

ligadas aos assuntos financeiros faziam-nos também os seus gestores. Apesar da pequena escala da economia da ilha Terceira não parece, portanto, que tenha faltado capital humano para assegurar a gestão das caixas. De 1845 a 1896 surgiram e prosperaram três destas unidades que sempre recrutaram os seus dirigentes entre os mais respeitáveis homens da praça da cidade de Angra. O que provavelmente não existiu foram mais e contínuas oportunidades de fazer negócios rentáveis. A necessidade de diversificar a carteira de interesses parece-nos aqui uma escolha bastante racional que deverá estar ligada à ausência da criação de bancos locais, negócio provavelmente demasiado arriscado para um grande capitalista isolado ou mesmo para uma sociedade. Era mais fácil trabalhar escorado nas redes de bancos nacionais bem mais poderosos e ricos.

A visão tradicional do mundo rural diz-nos que os hábitos de poupança que o caracterizavam se limitavam à acumulação de dinheiro, de metais preciosos, à compra de imóveis e à ocasional aquisição de títulos da dívida pública. No entanto, numa periferia como a Ilha Terceira, as caixas prosperaram, eram credíveis e atingiam volumes de depósitos suficientes para o seu giro. Contudo, os dados que aqui apresentamos são parciais. Eles ainda não nos permitem ver áreas mais específicas do sector. Por exemplo, apenas pudemos estabelecer vagas hipóteses quanto às formas através das quais Caixas e os Bancos competiam entre si e como dividiam o sector do crédito. Desconhecemos como se relacionavam com a agiotagem local e como é que estes sectores podem ter beneficiado e quanto beneficiaram, com a crescente emigração para os EUA.

Sem um sector agrícola capitalista e intensivo, produzindo produtos facilmente colocáveis no mercado e integrados em fileiras produtivas organizadas, o crédito só poderia estar mais de perto articulado com o sector comercial. Porém, continuamos sem conhecer a linha de separação entre as práticas de crédito das classes urbanas de Angra e as dos camponeses e proprietários que habitavam nas freguesias rurais. Será que ambos se contentariam no essencial em recorrer ao autofinanciamento e a processos de crédito informais, baseados no hábito ou assentes em redes (crédito interpessoais e inter-firmas, empréstimos notariais e hipotecários, etc.)?⁹¹

⁹¹ Alain Plessis (1999), "Introduction" in Michel Lescure e Alain Plessis (dirs), *Banques Locales et Banques Regionales en France au XIXe Siècle*, pp. 14-15.

Do mesmo modo, sabemos que o controle social e político por parte de quem detinha o poder financeiro era um dado incontornável e levava a que todas as instituições creditícias se tornassem em espaços importantes para a negociação política e para os jogos de poder e de influência. Os seus directores eram, muitas vezes, influentes políticos poderosos e não deixariam de tentar manobrar no interior das instituições para arregimentar correligionários. Se o estudo intensivo das instituições de crédito locais nos permite entender os muros de papel que separavam por um lado, o financiamento dos pequenos e médios proprietários, dos camponeses e da pequena burguesia urbana, da beneficência e do controle social e político, este assunto não foi igualmente, objecto de qualquer tratamento, ficando por agora fora dos limites deste artigo. De facto, só uma investigação mais detalhada sobre o sistema financeiro local e as suas formas de crédito, por exemplo, através dos contractos notariais existentes, nos poderia dizer qual o peso e o alcance geográfico das instituições de crédito de Angra, e quais as necessidades que os devedores pretendiam satisfazer: aquisição de produtos, de factores de produção, renegociação e resolução de casos de acumulação de dívidas, pagamento de rendas, etc. Contudo, parece-nos que a maior parte dos empréstimos e das pequenas operações financeiras nos meios rurais continuaram inseparáveis dos pequenos prestamistas e usurários locais e em, cada vez, menor escala das Misericórdias e das Confrarias. Os primeiros constituíam um mercado informal do crédito agrícola que agregava um grupo muito heterogéneo, integrando grandes lavradores e proprietários, emigrantes regressados e pequenos comerciantes. A sua acção se revestia de critérios de estrita rentabilidade, estava também, muitas vezes, associada à criação de laços de dependência política e social em comunidades onde o anonimato que caracteriza as operações existentes num mercado estruturado pura e simplesmente não existiam⁹². Se este mercado podia funcionar informalmente, aceitando-se condições e regras de pagamento diferentes das que caracterizavam as instituições formais de crédito, acabando por isso, por se basear em relações muito personalizadas, ele não pode ser confundido com quaisquer formas de beneficência. Pelo contrário, tratava-se muitas

⁹² Angel Pascual Martinez Soto (1994), “El Papel del crédito y la financiación en la agricultura capitalista (1850-1970): una primeira aproximación a um campo multifactorial”, pp. 57-58.

vezes, da criação de fidelidades pessoais e políticas, baseadas em relações que de modo algum eram simétricas.

Contudo, em meio urbano, junto de instituições que tinham uma sólida base formal e procedimentos baseados em critérios padronizados de rotina burocrática tais formas de negociação eram mais difíceis de estabelecer. Aqui reinavam, sobretudo, o *ethos* burguês e os intrincados mecanismos de cruzamento de informações e de impressões subjectivas que criavam e geriam a respeitabilidade e a confiança entre os agentes económicos. Se a troca de fidelidades e a construção de dependências também existia ela era assente num outro universo de regras.